



MAYARA ALVES DOS REIS

PAULA CHARETTI REIS

# de perto

olhos que brilham só por terem voz









**de perto**

**olhos que brilham só por terem voz**



Mayara Alves dos Reis

Paula Charetti Reis

# de perto

**olhos que brilham só por terem voz**

1ª edição

Copyright © 2015 Mayara Alves dos Reis; Paula Charetti Reis

*Capa*

Lucas de Oliveira Loconte

*Foto de capa*

Amanda Tavares

*Diagramação*

Lucas de Oliveira Loconte

*Revisão e orientação*

Angelo Sottovia Aranha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Reis, Mayara Alves, 1993 -

Reis, Paula Charetti, 1993 -

De Perto: Olhos que brilham só por terem voz / Mayara Alves dos  
Reis & Paula Charetti Reis - Publicação independente - São Paulo:  
2015

1. Ações Sociais 2. Diálogo 3. Bauru 4. Comunidade  
5. Grupos Sociais I. Título

---

Índice para catálogo sistemático

1. Ações sociais

[2015]

Todos os direitos reservados. Toda forma de reprodução ou cópia total ou parcial  
sem autorização é crime.

*Aos donos das histórias que nos inspiraram a escrever.*



## sumário

|                                              |     |
|----------------------------------------------|-----|
| Agradecimentos .....                         | 13  |
| Eu olho, tu enxergas .....                   | 15  |
| Orgulho da nossa periferia .....             | 19  |
| O nome dela é favela .....                   | 35  |
| Não vivemos de arte, mas fazemos viver ..... | 43  |
| Dinheiro não, mas a expressão pura .....     | 55  |
| Eles são todos nós .....                     | 61  |
| Sobre rodas, a menina dança .....            | 81  |
| Do asfalto também nasce flor .....           | 91  |
| Caminhos que se encontram nas ruas .....     | 103 |
| Créditos das fotos .....                     | 109 |

**12**

**de perto**

## agradecimentos

Escrever um livro reportagem sobre ações sociais nos permitiu conhecer novas histórias e personagens que mudaram a nossa maneira de encarar o local em que vivemos e possibilitou a nossa intervenção nesse cenário, enquanto recém jornalistas.

Ter o contato real e genuíno com pessoas tão diferentes de nós, lembrou o real motivo que nos fez escolher esta profissão: enxergar o mundo além dos nossos olhos. Por isso, as primeiras pessoas a quem devemos agradecer são os personagens que dividiram conosco suas vidas, experiências e emoções sempre de forma solícita e transparente. Cada um de vocês fez com que houvesse uma transformação dentro de nós.

Também queremos agradecer aos nossos familiares e pais, Alessandra e Paulo, Antônio Carlos e Vera, por nos permitirem viver experiências pessoais e profissionais, mesmo sabendo que, para isso, teriam que abrir mão de nos ter sempre por perto. Nós sabemos o quanto foi difícil para vocês, mas saibam que isso os tornou ainda mais nossos principais exemplos.

A vivência em uma universidade pública foi essencial para o desenvolvimento do nosso senso crítico. Se hoje somos menos conformadas com a realidade e compreendemos melhor a complexidade do cotidiano, os responsáveis são os educadores que se importam em oferecer um ensino de qualidade e libertador.

Por último, gostaríamos de agradecer aos amigos que muito contribuíram para que esses nossos quatro anos de universidade fossem os melhores de nossas vidas. Obrigada pelo companheirismo e carinho e por serem abrigo quando nos vimos longe de nossas famílias.



## eu olho, tu enxergas

“Prefiro ficar aqui no projeto do que ficar na rua. Eu tenho até machucados dos tempos em que eu ficava lá”, conta, mostrando os ferimentos, o pequeno Luiz Rafael, de 11 anos, que está no projeto Formiguinha desde 2012.

Rafael é um dos beneficiários de ações sociais na cidade de Bauru, localizada no centro-oeste paulista, há 302 quilômetros de São Paulo. Estão regularmente cadastrados e sendo executados pela Secretaria do Bem Estar Social (SEBES) da cidade, este ano, 140 serviços sociais. Porém, várias ações sociais vêm sendo realizadas há anos sem qualquer auxílio do município. Dependem de doações.

Uma ação, para ser considerada social, precisa ser uma ação não individual, desenvolvida por um grupo ou comunidade e que busque alcançar um objetivo que beneficie essa própria sociedade, explica o antropólogo Claudio Bertolli, da Universidade Estadual Paulista (UNESP). “Toda forma de movimentação social tem a função democrática, cidadã, de levar benefícios a grupos que estão aleijados, historicamente, ou pela pobreza ou por qualquer outra questão. Então, nós vamos racionalmente intervir, não porque eles sejam coitadinhos, mas porque eles são cidadãos”, observa Bertolli. E esse tipo de atividade não é benéfica apenas para quem é atingido. Os indivíduos que participam como agentes sociais também ganham, lembra o antropólogo.

A humanidade vive uma apologia ao individualismo desde o século XVIII. O bem estar próprio passou a ser mais valorizado do que o bem estar comum, e essa é uma característica do neoliberalismo. Bertolli associa a crise do sujeito da pós-modernidade a um esgotamento desse individualismo, o que levou o ser humano a se interessar por ações coletivas. “Buscar o outro e buscar contribuir com o outro é a forma que nós encontramos para combatermos toda essa solidão do individualismo”, afirma o antropólogo.

O ideal, para uma contribuição social real e efetiva, seria a ocorrência frequente do diálogo claro entre o indivíduo a ser beneficiado pela ação e o agente social que está procurando ajudá-lo. Sobretudo, porque nem sempre o que se imagina que o outro quer, ou precisa, é o que realmente ele quer. “Os projetos falham e as pessoas não entendem o porquê. Estariam sendo respeitadas as tradições culturais

das pessoas ajudadas?”, questiona Bertolli, lembrando que esse processo de inclusão, se não for muito bem trabalhado, pode virar autoritário.

### **“você quer orar?”**

Pergunta Marinalva Prado De Oliveira, de 33 anos, fundadora e coordenadora do projeto Sopão Bauru. A conversa antecede tudo e é a base para que as atividades propostas sejam desempenhadas. No caso do Sopão Bauru, só ora e recebe o alimento quem pedir. No Formiguinha, qualquer brincadeira ou atividade nova é escolhida com a participação ativa da criançada atendida pelo projeto. Com a mesma filosofia, o Somos Todos Nós confecciona as roupas exatamente do jeito que os clientes pedem, e o Grupo de Teatro Abertura só se apresenta quando solicitado e é o público que escolhe a peça que quer ver. Os auxiliados têm voz ativa em todas as situações.

As ações retratadas neste livro-reportagem beneficiam diferentes setores negligenciados pelo poder público: os que vivem em periferias, os deficientes físicos, os moradores de rua, e até projetos sociais que não recebem a ajuda necessária do governo para se manterem ativos. Também por isso, a divulgação desses trabalhos torna-se indispensável para inspirar aqueles que desejam ajudar alguém e para reconhecer socialmente cidadãos abandonados, mas que são tão cidadãos como qualquer outro.

Ao se adentrar no mundo de pessoas que nem sempre são enxergadas, apesar de estarem visíveis aos olhos de todos, a mudança que se sente é imediata. Da mesma forma com que, durante a espera na rodoviária – após conversarmos com Roberta Riene, cadeirante, moradora de Igaraçu do Tietê – percebemos a dificuldade apresentada por outra cadeirante e por um deficiente visual, ao entrarem em um ônibus intermunicipal, nada adaptado, passamos a enxergar com mais facilidade os moradores de rua que dormem nos cantos escuros da cidade durante a noite, sentimos na pele a dificuldade dos que vivem nas periferias para se locomoverem até o centro da cidade, e entendemos o quanto é difícil conseguir espaço, figurino e cenários para que se possa fazer arte. É isto o que desejamos: abrir os olhos e enxergar de perto nossos semelhantes. De perto.







orgulho da nossa periferia

*Em frente ao projeto Formiguinha fica o campinho onde as crianças têm aulas de futebol. Também lá foi realizado o evento Pousada Cultural.*

O nome do bairro a que me refiro seria bastante apropriado, não fosse pelo fato de que lá a esperança não repousa. Pelo contrário, lá a esperança luta todos os dias para permanecer viva. Pousada da Esperança, onde as crianças carregam em seus olhos todos os sonhos do mundo.

O percurso até lá exige do viajante uma vontade ou necessidade muito grande de ir até o bairro. Saindo da frente do principal shopping da cidade, a viagem de ônibus circular leva em média uma hora, mas pode ser bastante demorada dependendo da sorte, já que o transporte público oferecido pode ou não seguir o horário indicado no site da empresa. Parece que depende da boa vontade ou da pressa do motorista.

A paisagem no início do trajeto é recheada de prédios, cafês e restaurantes e marcada por um intenso fluxo de veículos, mas vai se modificando aos poucos. Os prédios são os primeiros a desaparecerem, depois os grandes comércios vão sendo substituídos por pequenos mercados e vendinhas de esquina. O número de carros vai diminuindo gradativamente, até que, por último, o asfalto passa a ser raro. As ruas de terra batida dão ao Pousada da Esperança uma cor e um clima especiais.

O tom avermelhado que mancha sapatos, roupas e até cabelos, também colore os pequenos pezinhos das crianças que jogam bola no campinho de terra batida, avistado logo que se desce do ônibus. Bem na frente do campinho, é possível ver uma pequena construção que se destaca na paisagem por causa dos desenhos coloridos que compõem sua fachada, além de um portão com grades em vermelho e amarelo, aberto no momento em que chegamos.

Logo que pisamos no Projeto Formiguinha, a única unidade da ONG Ação Comunitária Pousadense, a aproximação daquelas pequenas mãos e braços foi instantânea. Elas nos tocaram com a ingenuidade daqueles que ainda não seguem as convenções sociais. As crianças não queriam saber nossos nomes, de onde viemos, ou o que fazíamos de nossas vidas, elas só nos abraçaram e mostraram que lá éramos bem vindas.

Depois desse primeiro contato surgiram as perguntas:

– Tia, o que você veio ensinar pra gente? Inglês? Ai tia, dá aula de educação física, por favor!

A possível falta de tato ou convívio com os pequenos fez com que ficássemos, em muitos momentos, sem resposta. Dessa vez veio uma, um pouco frustrante

para o menino que me ouvia:

– Nós viemos conhecer vocês.

As crianças, que já estavam organizadas em fila para percorrerem o trajeto até a escola, acompanhadas de um monitor, seguiram com sua atividade, e levaram com elas todo o barulho que ecoava dentro daquele prédio de pé direito altíssimo, que demorou cinco anos para ser construído.

Fomos entrando na sede do projeto e observamos o ambiente: um galpão alto e claro, com uma pequena cozinha no fundo e uma escada torcida e muito estreita, que levava a uma sala usada como escritório. Os desenhos pintados nas paredes, de formiguinhas brincando e estudando, denunciavam que aquele era um ambiente pensado para crianças.

Ao entrarmos no barracão encontramos a Nara e a Fabiane – elas nos explicariam muito sobre o Projeto Formiguinha e fariam com que nós tivéssemos o primeiro contato com a paixão que move aquele lugar. A primeira, Saionara da Silva de Oliveira, de 40 anos, é oficialmente secretária, mas diz que faz de tudo no projeto, enquanto a segunda, Fabiane Regina da Silva Souza, de 32 anos, é gestora no papel, mas também acumula a função de educadora. “O que eu falo é que nós somos uma equipe, nós somos uma família. Quando começamos, cada uma trazia uma coisa de casa, então, não tem como você pensar que manda. Eu brinco com elas que eu era gestora, secretária, cozinheira, porque a gente tinha várias funções. Hoje continua sendo assim, se o banheiro estiver interditado, a gente coloca a mão na merda para desentupir a privada. Isso não faz de ninguém melhor ou pior”, explica Fabiane, movendo os braços e falando com os olhos, como lhe é característico. Essas duas mulheres fortes e determinadas ficam no projeto das 8h da manhã até quando tiver trabalho para ser feito.

A equipe fixa é formada por oito pessoas: uma secretária, uma assistente social, uma cozinheira, uma auxiliar de cozinha, dois educadores, uma pedagoga e a gestora do projeto. Grande parte dos funcionários recebe remuneração que varia de 700 a 1100 reais, mas alguns deles – como a Fabiane – não ganham nada.

O Projeto Formiguinha atende 50 crianças do bairro, com idades entre 6 e 14 anos, 25 no período da manhã, das 7h30 às 11h, e mais 25 à tarde, das 13h às 17h. Elas ficam no projeto no horário oposto ao que vão à escola. Além dessas crianças, ainda existem 140 que fazem parte da Escolinha de Futebol do Formiguinha,

coordenada por Fernando, também fundador do projeto. “Na hora do almoço, você se perde com tanta criança que você nem sabe da onde veio”, explica Nara, que atua no Formiguinha desde 2012. Na época, ela recebia uma ajuda de custo de 200 reais para ficar no projeto das 7h às 17h, de segunda a sexta-feira.

\* \* \*

O principal critério para que as crianças façam parte do projeto é que elas morem no bairro Pousada da Esperança, chamado de comunidade pelas funcionárias. Antigamente, o processo era mais simples, já que a verba recebida pelo projeto vinha inteiramente de doações. As crianças levavam a documentação e não havia um número limite de participantes, mas recentemente o projeto estabeleceu um convênio com a Secretaria de Bem Estar Social de Bauru (SEBES), que disponibiliza cem mil reais anuais – aproximadamente 8 mil e cem reais por mês – para que o Formiguinha realize as atividades com 50 crianças. Estas, entram no projeto por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade. “Se nós quisermos pegar mais crianças, não tem problema nenhum, mas já não é mais sustentado pela SEBES. Não dá para ficar, mas, na realidade, a gente queria abraçar todos, né? É lógico que se a gente vir uma criança, que pai e mãe têm dificuldades, nós passamos para a assistente social do CRAS”, explica Nara, que mora há 10 anos no Pousada da Esperança.

A secretária conta que a maior parte das famílias no bairro tem uma formação diferente da tradicional: “Difícilmente você vai encontrar um pai junto com uma mãe criando o filho. Eu tenho dois filhos aqui, a Barbara e o Davi, e eu também faço parte desse grupo de pessoas, porque eu sou separada e crio meus filhos sozinha”.

As crianças recebem, nos dois períodos, refeições fartas, grande parte conseguida por meio de doações, já que o dinheiro recebido da SEBES é suficiente apenas para pagar os recursos humanos, o material pedagógico e os produtos de limpeza usados no projeto.

Em um dos dias em que estivemos no Formiguinha, o cardápio era macarrão com molho de salsicha e salada de pepino e tomate. Enquanto tirávamos fotos – já que a chegada das crianças da escola trouxe de volta o barulho e a vida do lugar,



*Nos horários livres as crianças podem escolher as brincadeiras.*

impossibilitando a continuação da entrevista – elas se alimentavam com muito gosto, e faziam repetidamente comentários sobre a comida.

- Tia, eu vou morrer.

Olhei curiosa para o menininho com a boca toda suja de molho vermelho, tentando entender o que ele estava querendo dizer. E ele continuou:

- Eu vou morrer de tão gostosa que está essa comida!

E me deu um abraço e um beijo no rosto, me deixando também suja de molho de macarrão.

### **trabalho em rede**

Fabiane acredita que o trabalho realizado no projeto é político-sócio-educativo, na medida em que o Formiguinha é muito mais que um complemento à escola: “aqui nós mediamos oportunidades”. Se alguma criança demonstra dificuldade em alguma matéria, o projeto entra em contato com a escola, para que ela dê o auxílio. “Nós fazemos um trabalho de rede. Então, nós diferenciamos o que a escola fornece, do que o projeto fornece e do que o posto de saúde oferece. Os nossos trabalhos são conforme a realidade da comunidade”, explica Fabi.

A escolha dos projetos a serem desenvolvidos é feita com a participação direta das crianças por meio das Paradas Pedagógicas, que são encontros realizados todo último sábado do mês, nos quais os funcionários do projeto, juntamente com as crianças, refletem sobre as atividades anteriores e decidem o que será feito no mês seguinte. Fabiane acredita que as opiniões das crianças na escolha do que será feito deve ter a mesma importância que as dos adultos “Aí, a atividade fica significativa, não fica uma coisa chata e nem imposta”, observa.

Projetos de interação com o espaço da escola, educação sexual e atividades multigeracionais são exemplos de ideias realizadas e pensadas pelos funcionários com a ajuda das crianças do Formiguinha. Além desses projetos especiais, também existem as atividades diárias, organizadas em um calendário organizado em conjunto com a coordenadora pedagógica.

Os educadores também fazem acompanhamentos nas casas das crianças que participam do projeto. São feitas visitas e reuniões de fortalecimento de vínculo, nas quais os pais têm liberdade para escolherem os assuntos a serem tratados.

“Semanas atrás, houve um conflito entre duas crianças em relação à etnia.

Uma falou para a outra que ela tinha passado três vezes na fogueira. E aí nós já fizemos um trabalho sobre preconceito e etnias mesmo. Fizemos até um teatro. A maior parte dos nossos projetos surge a partir disso: conflitos e interesses deles, e outros surgem a partir de urgências, como a dengue”, exemplifica Fabiana, a pedagoga do Formiguinha.

Fabiana destaca que o trabalho deve ser sempre realizado com muita cautela, respeitando a individualidade de cada criança. “Quando trabalhamos com crianças deve ser levado em conta o indivíduo, por que ele traz muitas coisas, sua cultura, sua história, suas emoções, seus pensamentos. Dependendo do jeito que você passa essas noções de educação, é traumatizante pra criança, e formam-se marcas que influenciarão no seu caráter e no seu futuro”, ensina.

As crianças mais velhas que fazem parte do projeto podem se tornar “jovens multiplicadores”, de acordo com seu comportamento, e eles são responsáveis pelas atividades e pela organização, auxiliando os educadores. Fabiana explica que é uma relação de troca: “Eles respondem pelo comportamento porque eles querem ser esses jovens multiplicadores. Eles se sentem motivados, porque ser um jovem multiplicador não é qualquer coisa, você tem que ter um diferencial”.

Logo no primeiro dia em que chegamos no salão do projeto, conhecemos o Mosquito, um pré-adolescente com olhos expressivos e emoldurados pelos cílios mais cheios que eu já vi. Era visível sua postura de liderança diante das atividades e brincadeiras que aconteciam naquele dia. No fim da tarde, quando estávamos indo embora, Mosquito nos acompanhou até o ponto de ônibus mais próximo do Formiguinha, e fomos conversando durante o trajeto. Mosquito nos contou que gostava muito de ir à escola e que queria ser educador, igual a tia Fabi. O aconselhamos a continuar estudando com afinco, para que conseguisse alcançar seu objetivo. Mosquito encheu o peito e disse, com muito orgulho de si mesmo:

- Eu estou no caminho certo, tia. Fui considerado o jovem multiplicador do mês.

E foi por meio daqueles olhos brilhantes que nós entendemos o quão importante era, para essa criança, ter o seu valor reconhecido.

Os funcionários do projeto acreditam que é primordial para o crescimento dessas crianças que elas sejam ouvidas dentro do projeto, dentro da escola ou em casa. “As crianças e os adolescentes se sentem desvalorizados. É como se eles

tivessem que fazer um som imenso para serem notados. É simples, é só parar e escutá-los. O projeto veio para abrir os braços, é só você começar a mostrar pros jovens que eles têm valor, que eles podem fazer. Agora, se eles chegam e eu não ouço, eu não falo nada e só critico, o que eu quero para o futuro dele? O que eu espero dele?”, explica Nara.

Os educadores e coordenadores do projeto acreditam que as crianças têm um poder transformador dentro de suas casas e diante da comunidade. Juliana Henrique de Oliveira é mãe de Jeferson e Julia, duas crianças que frequentam o Formiguinha, e ela afirma que a mudança das crianças é visível dentro de casa. “Eles melhoram muito o comportamento porque eles não ficam na rua. Antes era lá que eles ficavam. Aqui eles aprendem as coisas, chegam em casa contando as novidades. No projeto, eu gosto da atenção que os educadores dão, porque geralmente pai e mãe trabalham e não dá muito tempo de dar aquela atenção para as crianças”, comenta Juliana.

Fabiane explica que o convívio e o envolvimento são tão intensos que as funções começaram a se confundir e os educadores, por muitas vezes, eram vistos como pais ou mães. “Passamos por muitas situações em que nós éramos confundidas quanto às funções, e por isso mesmo percebemos que a mudança e os ensinamentos tinham que se expandir para a família, e não só parar na criança”, relata.

Apesar de existir há 14 anos, o Projeto Formiguinha ficou, por muito tempo, praticamente invisível perante a sociedade e a própria comunidade pousadense. “Nós não tínhamos credibilidade na comunidade, não tínhamos material, alimentação e nós mostramos que temos capacidade para fazer, sim. No início de 2014, era só eu e a Nara. A Nara ficava na cozinha e eu ficava dando atividade para as crianças, depois a gente trocava”, explica Fabiane.

A gestora conta que a maior mudança no projeto veio em 2014. E essa mudança é fruto de muito trabalho, estudo e ajuda. “O Formiguinha tem 14 anos de existência de luta. Luta para conseguir fazer o projeto andar, luta para conseguir parceria, luta para construir a sede. Hoje nós temos uma estrutura. Então, hoje nós podemos nos considerar um projeto de desenvolvimento social”, avalia.

Nas reuniões que antes tinham a participação de três ou quatro pais, agora já se pode ver quinze. “Antes não vinha ninguém, ninguém aparecia, ninguém se interessava porque ninguém acreditava no projeto. Quer dizer, a mudança começa



*Em ambas as turmas, da manhã e da tarde, as crianças recebem uma refeição reforçada feita pela cozinheira Roseli.*

aqui, mas está indo para lá, para dentro de casa. Já veio uma família inteira na reunião. Foi muito bom!’, exemplifica Nara, com lágrimas nos olhos.

Ainda assim, Fabiane acredita que hoje em dia seja muito difícil manter um projeto social de forma honesta, pois muitas ONG’s viraram negócios bastante rentáveis e deixaram de lado a real função do terceiro setor. “Sempre são as mesmas ONG’s, já bem estruturadas, que recebem grande parte do dinheiro público. Poderiam ser feitas parcerias entre ONG’s grandes e as menores para ajudá-las, porque é isso que o terceiro setor tem que fazer. Dá para fazer bem feito, mas o problema é que hoje as Organizações Não-Governamentais viraram um ramo em que as pessoas ganham muito dinheiro. E isso acontece em todo lugar”, explica Fabiane.

O Pousada Cultural foi um evento que fez com que o projeto ganhasse mais visibilidade perante a comunidade e a sociedade bauruense. A idéia surgiu quando as educadoras e as crianças perceberam, em uma conversa informal, que nenhum deles participaria da Virada Cultural, evento que acontece anualmente em Bauru e em outras cidades do estado, e que reúne artistas de prestígio local e nacional. Dessa forma, os participantes do projeto tiveram a ideia de fazer a Virada Cultural do Pousada da Esperança.

A ideia inicial era que o evento fosse pequeno, mas outras pessoas foram se envolvendo, se interessando e ajudando na construção do Pousada Cultural, que acabou se tornando um marco para os moradores do bairro, com repercussão em toda a cidade. “Tivemos corte de cabelo, apresentação de capoeira, vários grupos musicais diferentes, as meninas de Heliópolis vieram para falar sobre o funk e a valorização do corpo das mulheres, e muitas outras coisas”, recorda-se Fabiane, cheia de orgulho.

O Pousada Cultural escancarou uma dificuldade enfrentada em grande parte das periferias: elas estão distantes de tudo. Fabiane exemplifica: “Se tem muita droga em um local, é porque não tem mais nada. O que nós temos aqui? Estamos distantes de tudo e o Pousada Cultural trouxe esse novo olhar da comunidade. Por que as coisas são tão longe, se elas poderiam ser tão mais perto da gente?”

Para as crianças, o evento fez com que houvesse uma valorização do sentimento de pertencimento ao bairro; para a comunidade, aconteceu um despertar para o fato de que aquele lugar tem muito valor, e para o Projeto Formiguinha, o Pousada

Cultural trouxe reconhecimento.

O Projeto Formiguinha ganhou uma moção de aplauso da Prefeitura de Bauru pelo evento Pousada Cultural. “Nós saímos daqui do projeto, correndo, cheios de barro, de ônibus e com todas as crianças. Chegamos lá na cerimônia, tinha só gente elegante e nós todos suados e descabelados. A cara da comunidade é essa! Mas isso não quer dizer que você seja ignorante, que você não saiba falar, conversar, e que você não saiba dos seus direitos. Não adianta eu querer colocar um salto e manter uma postura, mas eu não saber daquilo que eu estou falando. Aí, na hora que a negona aqui pegou o microfone, metade das pessoas ficou com a boca aberta. Era um estigma que estava sendo quebrado”, conta Fabiane.

### presenças marcantes

Além da equipe fixa, o Projeto Formiguinha conta com universitários estagiários, que auxiliam nas atividades e eventos. No começo de 2014, foi feita uma atividade sobre o que as crianças queriam ser quando crescessem e grande parte das respostas limitavam-se a casar, ter filhos e cuidar da casa. Quando os universitários começaram a fazer parte do projeto, esse cenário mudou. “Eles não tinham outro exemplo, mas a partir do momento em que os estudantes entraram aqui, nós fizemos essa atividade novamente, e o que saiu foi: eu quero ser professor, médico, biólogo, cientista, educador. Foi uma mudança de paradigmas e pensamentos”, explica Fabiane.

Porém, grande parte desses estudantes não tinha um real comprometimento com o projeto. “As crianças aqui lidam todo o dia com o abandono, o abandono em vários setores, e por essa questão nós começamos a exigir que os universitários voluntários não abandonassem o projeto. Porque as crianças guardam, é impressionante. Nossas crianças são muito amorosas e elas precisam muito de carinho”, conta Fabiane, que hoje conta com um grupo de universitários extremamente comprometidos e preocupados com o projeto. “Eles se doem mesmo pelas crianças e pela comunidade”, observa Fabiane.

A presença dos estudantes não é apenas benéfica às crianças. Fabiane acredita que os universitários experimentam, no projeto, uma experiência única que tornará mais bem sucedida sua vida profissional e pessoal: “Eu tenho certeza que depois dessa experiência eles não serão mais as mesmas pessoas. O que eles fizeram

aqui, você pode ter certeza que, aonde eles forem, vão levar essa transformação. Quando eles passarem na rua e virem um mendigo ou uma criança, eles vão ter um olhar diferenciado, e isso contagia. Pais de universitários foram contagiados. Em nenhum lugar eu vi o que eu vejo aqui. Eu vejo as pessoas fazendo estágios normais, mas não o que eles fazem aqui. O olhar fica diferente”.

Fabiane acredita que, no projeto, os universitários aprendem a ter vários olhares perante os acontecimentos e pessoas, conseguindo enxergar – e não só ver – da mesma forma desde um parceiro em potencial, até um pai que não sabe ler.

### **a identidade**

Uma das grandes preocupações dos que trabalham no Projeto Formiguinha é incentivar o reconhecimento da comunidade para com o espaço, o Pousada da Esperança. Fabiane, Nara e Fabiana acreditam que seja importante que as crianças reconheçam suas identidades e seu valor como moradores de uma periferia.

Hoje, elas afirmam que esse trabalho já vem rendendo frutos. Hoje, as crianças não têm mais vergonha de morar em uma comunidade, elas se orgulham de serem de onde são. Fabiane ainda acredita que por meio desse processo as crianças abandonem a imagem que elas carregam de si mesmas, e que é reforçada pela sociedade: a imagem de vítima.

A pedagoga Fabiana de Souza Ferreira, de 32 anos, acredita que é importante que as crianças reconheçam sua realidade, mas que também saibam que elas são capazes de modificá-la: “Nós ensinamos essas crianças a aceitarem a realidade em que vivem, mas sabendo que essa realidade pode, sim, se transformar, porque eles são agentes transformadores. Você pode procurar soluções pros problemas, você sempre pode fazer algo”.

### **a recompensa**

Manter um projeto social em uma comunidade esquecida pela administração pública, em diversos aspectos, não é fácil. Ainda mais quando o trabalho é feito com honestidade e transparência. Ensinar crianças a reconhecerem seu valor, muitas vezes negado pela própria sociedade, é uma tarefa árdua, só possível quando há muita paixão, comprometimento e um ideal em comum.

“É o que eu falo para as meninas do projeto: somos pessoas diferentes, temos



Aproximadamente 320 kg de alimentos doados pelas “Amigas do Peito” para o Projeto Formiguinha, que seriam distribuídos para as famílias do bairro.

pensamentos diferentes, mas o nosso ideal tem que ser o mesmo. Não importa o caminho que cada um vai fazer, desde que o resultado no final seja o mesmo. E isso faz com que o projeto ande”, explica Fabiane.

“Meu coração está aqui no projeto. O que eu mais gosto é de ver as mudanças das crianças, passo a passo, dia a dia, e hoje elas sabem que podem ter um futuro. Só quem viu o projeto antes e vê hoje consegue perceber a mudança das crianças, que é impressionante. Um dos maiores prazeres que eu tenho é levantar todo dia e saber que eu vou encontrar as crianças, e que elas vão aprender. Isso é algo que já está enraizado, dentro deles”, resume Nara, sobre o que mais a emociona no projeto.

“Nós percebemos mudanças nas crianças depois que elas entram no projeto, por meio da fala, do comportamento, da maneira de agir. Nós nos aproximamos dessas crianças, olhamos nos olho delas, falamos baixo com elas, beijamos elas, coisas que muitas vezes elas não recebem em casa. Elas se transformam sim, mas a longo prazo”, conta Fabiana, sobre as mudanças mais visíveis, mas que exigem muito esforço e paciência.

A conversa com pessoas tão valiosas foi muito gostosa, mas tínhamos que voltar. Recolhemos nossas mochilas e materiais, nos despedimos e pegamos um ônibus em direção ao shopping mais famoso da cidade. O cenário mudou, mas o sentimento permaneceu em nós. Pousada da Esperança: o nome do bairro seria bastante apropriado, não fosse pelo fato de que a esperança não repousa por lá, e sim se multiplica.





o nome dela é favela

**“Eu penso que na periferia você tem muito mais liberdade, e lá eu acho que há muito mais respeito pelo outro. Eu sinto muita falta da favela. Sinto mesmo”.**

Assim como para a maioria daquelas crianças, sua vida nunca foi fácil. Fabiane Regina da Silva Souza tem 32 anos e é gestora do Projeto Formiguinha, mas já sentiu o preconceito de diversas formas: por ser negra, por ser pobre e favelada, por ter se casado com um nordestino, por gostar de rap. Hoje, Fabiane é uma mulher forte e eloquente e vê, naquelas crianças, quem um dia ela já foi.

Fabiane nasceu no Bairro da Água Funda, na zona sul de São Paulo e, com dezoito anos, mudou-se para o Heliópolis. Logo pequena, Fabiane já sentia o preconceito em sua própria família, por ela e suas irmãs – Thanielle e Ingrid – serem as únicas negras. “A minha mãe é branca, o meu pai é negro e a gente era muito desprezada na própria família por sermos as negrinhas”, recorda-se. O pai de Fabiane era protético e sua mãe, doméstica.

Fabi relembra, emocionada, como sua avó materna a diferenciava, assim como suas irmãs, das outras crianças da família: “minha avó fazia a gente de escrava, fazia a gente limpar tudo. Uma vez ela fez suco, espremeu a laranja pura para os meus primos e, para nós, ela acrescentava água. Foi o que doeu mais. Não foi a questão das drogas, de viver no meio delas, a dor maior foi em relação à família mesmo”. Fabiane acredita que muitas das crianças atendidas pelo projeto passam por esse tipo de situação também, e grande parte da sua identificação com o Pou-sada da Esperança vem desse fato.

Quando eram crianças, Fabiane e suas irmãs aceitavam a forma como eram tratadas, até porque, por algum tempo, era só na casa da avó que encontravam comida. Mas, conforme cresceram, se afastaram da família materna. Ainda que tenha enfrentado muitas dificuldades, Fabiane se lembra com alegria de sua infância: “Foi uma época muito feliz da minha vida, porque eu e minhas irmãs éramos muito unidas. A gente ia para a escola com fome, mas iam as três rindo, brincando. Tinha a tia do cachorro quente que, no meio do caminho, dava um cachorro quente para a gente dividir entre as três, e a gente passava na videolocadora e ganhava pirulito. Na escola, algumas colegas davam latas de leite pra gente, porque sabiam que passávamos dificuldades”. Ela conta, cheia de orgulho, que quando tinha treze anos, enquanto suas primas já estavam namorando ou até grávidas, ela brincava de tapete voador com suas irmãs: “eu sirvo para ser professora mesmo, nessa época já tinha muita criatividade”.

Na família de Fabiane se valorizava muito a educação, e mesmo em tempos

díficeis, quando a família não tinha muito o que comer, ela e suas irmãs não deixaram de estudar. “Minha mãe sempre falava: Menina, negro já não é bem visto, então você tem que estudar”, lembra-se muito bem.

Fabiane escutou sua mãe, e era a melhor aluna da sala, apesar de brigar muito na escola e de ter começado a trabalhar aos treze anos, entregando panfletos na rua e cuidando de crianças. “Eu comecei a trabalhar por necessidade, pela sobrevivência mesmo. Minha mãe fazia faxina, meu pai descarregava caminhão de cana e, então, eu comecei a ajudar para no final do dia a gente ter, pelo menos, um pão para comer”, conta.

Quando o negócio do pai de Fabiane ia bem, ela teve a oportunidade de estudar em uma escola particular. “Eu vivi essas duas realidades e acho que o mais difícil é quando você tem e tira aquilo de você. Essa é a pior dor. E nessas escolas [particulares] eu sentia que não era o meu lugar, porque se conta nos dedos quantos negros tinham. Era outro mundo”, comenta.

Já no ensino público, ela teve que mudar de escola diversas vezes porque brigava muito. Fabiane conta rindo suas experiências no colégio, onde chegou até a brigar com um traficante da comunidade. O motivo das brigas era quase sempre o mesmo: a cor da sua pele.

Fabi lembra-se do dia em que tudo mudou, e foi quando a diretora da escola deu a ela um passeio para o Playcenter: “ela disse que uma professora tinha ficado doente e sobriaria um ingresso. Então, a diretora se juntou com os outros professores e eles decidiram dar o ingresso para mim. Na hora, perdi a fala. Acho que eu fiquei até branca mesmo. Eu esperava tudo, menos isso”. Já no parque, Fabiane não tinha dinheiro para o lanche, mas a diretora lhe deu o valor, dizendo que ela e os outros professores tinham feito uma vaquinha. “Eu estava com uns 14, 15 anos e mudei mesmo. Às vezes, quando eu ia brigar eu parava e lembrava o quanto a diretora tinha sido legal comigo, e desistia. Ela me conscientizou de uma forma especial, aquilo foi muito significativo para mim. Eu mudei da água para o vinho na escola”. A partir dessa sua experiência pessoal, Fabiane acredita que quando uma criança está muito desobediente e violenta nas atividades do projeto, é importante sentar e conversar, ouvi-la, porque algo está acontecendo na vida dela.

Quando ficou mais velha, Fabiane conseguiu uma bolsa para cursar a faculdade de Pedagogia em uma universidade particular de São Paulo. Ela conta que, na

universidade, teve que lidar com muito desprezo por ser bolsista e não se vestir como as outras pessoas de sua turma. Encontrou, então, um jeito de se destacar nesse mundo tão diferente do que aquele a que estava acostumada: “Durante as aulas, eu comecei a perceber que quem falava bem e se comunicava direito, se destacava. E aí eu entendi que o caminho era esse”.

Fabiane conta que sempre quis fazer universidade, mas isso representava um sonho muito distante e que ninguém acreditava ser possível. No entanto, a educação familiar fez toda a diferença e ela compreendeu que “não importa como alguém está vestido, ou o dinheiro que se tem, o que importa é o conhecimento”.

Depois da sua primeira faculdade, Fabiane ganhou uma bolsa para cursar Psicologia, mas trancou matrícula no curso para se mudar para Bauru. “Eu ainda quero fazer mestrado e doutorado, porque isso é o que tem reconhecimento e valor na cultura brasileira”, explica.

O principal motivo para que Fabiane se mudasse para Bauru, no interior de São Paulo, foi o emprego de seu marido Francisco de Leite de Souza, de 30 anos, que é encanador hidráulico. Eles se conheceram em uma famosa quermesse no Heliópolis, comunidade em que Fabiane passou sua adolescência e juventude. Francisco – ou Júnior, como Fabi o chama – é nordestino e tinha acabado de chegar em São Paulo em busca de emprego quando conheceu Fabiane.

Em menos de um ano eles namoraram, ficaram noivos e se casaram. “Foi difícil porque teve também o preconceito da minha mãe, por ele ser nordestino, e o preconceito dentro da igreja, porque ele não era crente. Mas ele é uma benção na minha vida mesmo, nós fomos feitos um para o outro. Ele é totalmente diferente de mim, ele é mais calmo, mais racional e eu sou muito impulsiva, então dá muito certo”, conta.

O marido de Fabiane foi designado para cuidar de uma obra de sua empresa em Bauru, e por isso eles se mudaram. Foram morar em um apartamento e estranharam bastante o lugar quando chegaram: “quando eu cheguei aqui eu entrei em uma depressão muito grande, porque eu só ficava presa dentro do apartamento. Imagine você sair de uma favela onde você conhece todo mundo, em que todo mundo entra dentro da sua casa e você não fica sozinha nunca, e você ir para um lugar onde você não conhece ninguém?”

Fabiane começou a enviar currículos e iria trabalhar em uma escola da cidade, mas Fernando, um dos fundadores do Projeto Formiguinha, entrou em contato com ela dizendo que queria que ela trabalhasse no Pousada da Esperança. “Quando o Fernando me contou toda a história do projeto, me motivou e me fez lembrar de onde eu vim. Porque eu vim de projetos sociais. Eu vim de um lugar onde as pessoas me deram essa oportunidade”. Fabi, que já tinha trabalhado com projetos sociais no Heliópolis, conta que a identificação com o bairro aconteceu de forma instantânea: “Eu já percebi que meu lugar era aqui”. Fabiane diz que hoje em dia ela não tem mais motivação financeira, mas busca crescimento profissional: “O Formiguinha não me dá nenhuma vantagem, na questão financeira, mas muito prazer como ser humano e profissional, porque hoje eu sei que, se eu sair daqui, eu estou empregada em qualquer lugar”.

A gestora chega no projeto às 7 horas da manhã e só retorna para seu apartamento – que não fica no Pousada da Esperança – por volta das 22 horas. Ela tem plena certeza de que seu esforço vale a pena, pois acredita muito no projeto: “O que me salvou foi a minha família, mas quem pode salvar muitas dessas crianças somos nós. Eles veem a gente como modelo. Não tem como diferenciar, sendo educador você vai fazer muitos papéis, muitas vezes de família. Essa diretora da minha escola, por exemplo, ela fez o papel que a minha avó, e a família da minha mãe não faziam, ela me viu, me enxergou. A gente cria substituições. Você nunca vai ser a família daquela criança, mas você vai substituir temporariamente aquele vazio que está ali. Temporariamente, é um período em que nós, como projeto social, temos que ensinar essas crianças a andarem com as próprias pernas”.

Por ter vivido tudo o que viveu, Fabiane sabe muito bem do que as crianças do Pousada da Esperança precisam para crescerem e se desenvolverem como cidadãos: “o pedagógico é muito importante, mas não é só isso. É o ouvir a criança. Comigo na escola, o que fazia diferença era aquela colega que sabia que eu passava necessidade e me dava uma lata de leite. São essas coisas que te marcam e te transformam de verdade. Quem não tem uma estrutura familiar busca isso em outro lugar. E nós temos que ser esse lugar. Nós temos que ser esse objeto de desejo dessas crianças”.

Os funcionários do Formiguinha acreditam no diferencial do trabalho de Fabiane: “se qualquer um der a ideia de um projeto e o projeto for benéfico para a

instituição e a comunidade, a Fabiane sempre dá um jeito de tentar fazer algo para isso acontecer. É uma liberdade que a gente não encontra em outro lugar. Essa liberdade já existia, mas estava escondida. E a Fabiane veio com esse ideal de dar oportunidade de colocar em prática os nossos sonhos. Ela sempre dá preferência para a comunidade, é tudo gerado para a comunidade”, explica Nara.

O futuro das crianças do Projeto Formiguinha, moradores do bairro bauruense Pousada da Esperança, é incerto, mas Fabiane sabe muito bem do que eles precisam: “eles só buscam amor, carinho e visibilidade. Eles não querem nada grande”. Ela também sabe o que eles podem conquistar: tudo o que quiserem.





não vivemos de arte, mas fazemos viver

*Personagens da peça “Anos 60, o sonho não pode acabar” conversam sobre um garoto da escola.*

Ao entrarmos na parte externa da casa de Dora Alice Zamariolli Girelli, de 66 anos, a decoração interessante e diversificada nas paredes antecipa a autenticidade de quem a criou. O fundo daquele quintal já foi palco de dramas, comédias e histórias únicas.

Dora é a fundadora do Grupo de Teatro Educativo Abertura, um projeto criado em 1986 na cidade de Bauru e fruto de anos dedicados à arte. O Abertura tem uma proposta diferente dos grupos convencionais de teatro. É formado por pessoas que, em sua maioria, nunca estiveram em um palco, e o grupo tem como objetivo levar suas mensagens para quem estiver interessado em assisti-las.

Composto exclusivamente por voluntários, o Abertura não tem ambições comerciais e nem procura patrocinadores. Ao contrário: “nós não temos muito interesse por fazer parcerias com empresas, porque aí já começaria a existir aquela troca de favores, eles começam a fazer exigências e descaracterizariam o grupo”, explica Vagner Clemente Junior, de 24 anos, atual diretor do grupo.

O Abertura é formado por 30 membros ativos, aproximadamente, de diferentes profissões e que, segundo Dora “são melhores do que muitos atores profissionais”. Entre os atores, de 13 a 50 anos, podem ser encontrados professores, empresários, estudantes, bombeiros, pessoas de diferentes classes sociais que ajudam o grupo na coreografia, divulgação, produção das peças, além de serem os principais responsáveis por trazerem sempre novos atores para o Abertura. “Aqui é tudo misturado. Tudo sem preconceito nenhum”, conta Dora.

Vagner e Dora explicam que os atores novos surgem de diversas formas. Alguns se interessam ao verem as apresentações, alguns são convidados pelos próprios atores, outros conhecem o grupo por meio das redes sociais. “Não precisamos fazer propaganda na mídia. Não há necessidade”, aponta Dora.

O Grupo de Teatro Abertura atua há 30 anos, e nessas três décadas já ensaiou na Casa da Cultura, no Teatro Municipal, em escolas e no fundo da casa de Dora. Hoje, os atores ensaiam no Bosque da Comunidade, que é um espaço aberto e bem arborizado. O figurino do grupo conta com mais de três mil peças, guardadas em oito guarda-roupas na casa de Dora. Já o cenário, que costuma ser sempre muito simples, é, muitas vezes, montado com móveis usados doados por lojistas.

As peças apresentadas são todas da autoria de Dora, que se dedica ao teatro desde seus 14 anos de idade. Devido a sua formação como socióloga, tenta sempre

tratar de assuntos de cunho social em suas histórias: “a gente trata de problemas de drogas, prostituição infantil, corrupção e delinquência, ou passamos mensagens sobre a família. Sempre uma mensagem positiva para a sociedade, de uma forma ou de outra, levando propostas na tentativa de mudar o comportamento de alguém. Se conseguirmos mudar o de uma pessoa, já está bom demais”, explica a escritora.

Entre as peças mais famosas estão “Uma pensão muito louca”, comédia que vem sendo apresentada desde os anos 90. “Essa peça nós temos que apresentar todo ano, o pessoal pede. O telefone não para, é o dia inteiro pedindo ingresso, é muito bom”, conta Dora, orgulhosa de seu trabalho.

A peça “Noel... quem mora lá na vila” também é apresentada pelo grupo, e é toda dramatizada em versos. Essa é uma das preferidas da escritora, por trazer lembranças de sua infância na Vila Isabel, Rio de Janeiro. “Carolina”, escrita em 1988, é baseada na música de Chico Buarque de Hollanda que ficou em terceiro lugar no Festival de Música Popular Brasileira de 1967. “Eu estava lendo a revista O Cruzeiro e tinha uma entrevista com o Chico Buarque e, entre perguntas sobre músicas e festivais, o questionavam sobre quem era a Carolina. Ele respondeu que a Carolina não existiu, que devia ser um retrato qualquer”, relembra Dora. Ela conta que aquela frase ficou gravada em sua cabeça e que, naquela noite, ela não conseguia dormir: “eu levantei de madrugada e, chorando, comecei a escrever. Quando eu terminei, me senti aliviada e fui dormir sossegada”.

“Súplica” foi escrita em 1968, está sendo ensaiada pelo grupo, e trata da discriminação do povo nordestino. “Quando eu escrevi essa peça, chegaram a falar para mim que ela ia sair de moda porque ia chegar um dia em que o Nordeste não iria mais sofrer de fome, ou com a seca, e não teria ninguém pobre”, conta Dora.

Outra peça já famosa apresentada pelo grupo é a “Anos 60, o sonho não pode acabar”, que está em cartaz há quase quinze anos e fala sobre a escola em que Dora estudava em Bálamo, no interior de São Paulo. “Eu conto como era o nosso comportamento, a moda, a gíria, os ídolos, os protestos, as paqueras, que chamávamos de flertes, os namoricos, aquelas coisas daquela época naquela cidade”, explica Dora.

A autora conta que grande parte da sua inspiração vem de músicas: “Eu tenho 800 discos de vinil e cinco toca discos. Eu passo o ano inteiro ouvindo discos, fitas

e CD's, então, a música é tudo na minha vida".

O Grupo de Teatro Abertura se apresenta por Bauru e região atendendo a pedidos de instituições e projetos sociais. "A entidade manda um ofício para a Secretaria Municipal de Cultura e solicita uma data pra nossa apresentação. A secretaria só escolhe a data e o espaço, e nós vamos encenar a peça", explica Vagner, que começou a fazer teatro para vencer a timidez.

Setenta por cento da bilheteria arrecadada é doada para a instituição que os contatou, enquanto os outros trinta por cento são usados para a manutenção e compra dos materiais usados pelo grupo. "Agora, a gente está separando trinta por cento da bilheteria porque estamos tendo muitos gastos com figurino e outros materiais necessários. Antes não ficávamos com nada, saía tudo do nosso bolso", explica o diretor do grupo. Os valores cobrados pelos convites das peças vão de sete reais, para estudantes, a 15 reais. Já para o restante do público, os valores são de 10 e 20 reais, pelos antecipados e pelos comprados na hora, respectivamente.

A própria entidade escolhe a peça a ser apresentada, além de decidir como quer que o ingresso seja cobrado: "geralmente, tem a bilheteria que vai para a instituição, mas tem entidade que pede, por exemplo, leite ou alimento, aí a compra do ingresso é feita por meio da doação de alimentos", explica a fundadora do grupo. Apesar de não manter contato direto com todas as instituições que ajuda, Dora acredita que, além do dinheiro arrecadado, o contato com o teatro é muito importante para esses projetos.

Além das peças apresentadas, o Grupo de Teatro Abertura já recebeu jovens de uma casa que faz acolhimento provisório para crianças e adolescentes. "Eles subiram no palco e fizeram uma peça, aprenderam, foi super legal", relembra Vagner.

Tchay Ohara tem 24 anos e faz parte do grupo há seis. Ela conta que sempre é questionada sobre o que ganha por fazer teatro voluntariamente, ao que responde segura: "eu não ganho nada, mas é muito legal quando a gente ajuda os lugares. Quando nós vemos os velhinhos das casas de repouso que ajudamos assistindo a gente, e eles ficam todos felizes, e depois ainda vem nos cumprimentar, isso é muito gratificante".

Tchay se encaixa no grupo de pessoas que foram ou são ajudadas pelo teatro. Ela começou a fazer parte do Abertura quando teve hipotireoidismo e, por causa da doença, ficou depressiva. "Eu ficava quietinha dentro de casa, ganhei peso, e o



*Cena da peça “Noel, quem mora lá na vila” com versos inspirados nas músicas cantadas pela mãe de Dora, quando a escritora era criança.*

teatro – o grupo em si – me libertou, sabe? Fez com que eu saísse de casa, voltasse a rir”, conta a jovem. Ela se inspira na interpretação da atriz Fernanda Montenegro para atuar, faz teatro desde criança, e, quando conheceu o grupo, estava parada há um tempo. “Tem peça em que eu represento uma prostituta, tem peça em que eu sou uma estudante, uma aeromoça, uma cigana... nós podemos ser várias pessoas diferentes, por isso eu gosto de teatro”, comenta.

Ela acredita que o diferencial do Grupo de Teatro Abertura é a liberdade que os atores têm: “não é aquela coisa marcadinha. A Dora conhece bastante o que ela escreve, mas a gente tem muita liberdade pra tentar chegar perto do que são as pessoas reais” – no caso da peça Anos 60, em que os personagens eram amigos da escritora. Além disso, “o pessoal é muito gente boa também”, garante Tchay.

Sobre as peças de Dora, Tchay conta que seus temas são bem críticos, e que a escritora “coloca o dedo na ferida mesmo”, mas acredita na importância dessa modalidade de teatro: “é legal você ver a reação das pessoas”, diz. “Eu acho muito importante e gosto de fazer esse teatro mais crítico, porque você levanta uma discussão, faz as pessoas pensarem, mesmo que não concordem, mas elas já discutem o porquê”, comenta Tchay Ohara, que sonhava ser atriz mas que hoje leva o teatro como uma forma de diversão.

Nos últimos 30 anos, o Grupo de Teatro Abertura já ajudou diversas instituições de Bauru e região. Entre elas, a AELESAB, uma entidade civil de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, que promove e executa projetos sobre programações de assistência, promoção social e educação de ensino profissionalizante destinados às populações carentes. Roseli Batista Ferreira é a coordenadora técnica da AELESAB e conta que sempre que precisam mandam o ofício e entram em contato com o grupo. Ela explica que não faltam oportunidades para eles aplicarem o dinheiro arrecadado com as peças: “aqui a gente precisa de muita coisa, aí nós investimos em materiais, armários ou equipamentos eletrônicos”.

Roseli conta que o grupo tem realizado uma apresentação por ano com o lucro voltado para a AELESAB. Os funcionários da entidade assistem e participam do evento: “nós vamos ao teatro, ficamos na bilheteria”. A coordenadora comenta sobre os espetáculos apresentados: “Uma Pensão Muito Louca é um sucesso e atinge um público muito bom, e a peça dos Anos 60 é mais política”.

Outra entidade ajudada pelo grupo foi a creche bauruense Leocádio Correa,

que atende 131 crianças de 1 a 5 anos. Juliana dos Santos Cunha, coordenadora dessa creche, explica que o contato com o grupo partiu de Dora: “ela faz parte do grupo de artesanato da entidade e faz doações para o bazar. Ao perceber que a creche vinha passando por dificuldades financeiras, ela sugeriu que fosse apresentada uma peça em prol da entidade”. O dinheiro arrecadado foi usado para o pagamento do décimo terceiro salário dos funcionários da creche. Juliana ainda destaca a importância dessa iniciativa, dizendo que “se todas as pessoas pudessem fazer um trabalho voluntário em prol das entidades seria uma ajuda enorme”

O Grupo de Teatro Abertura também ajudou a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de Bauru, uma entidade beneficente que tem como missão promover e articular ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência. A secretária da entidade, Cláudia Regina da Rocha Lobo, comenta a apresentação da comédia “Uma pensão muito louca” e o trabalho do grupo: “Morri de rir. Acho uma iniciativa brilhante, tem que desenvolver a arte e o talento deles e eu adorei na época”. O dinheiro arrecadado com a peça foi utilizado para o custeio da entidade.

## o ensaio

É uma tarde de sábado e o sol quente, típico de Bauru, castiga quem está na rua. Saio de minha casa e caminho, por vinte minutos, até o Bosque da Comunidade, um ponto conhecido da cidade e muito frequentado para a prática de exercícios físicos e caminhadas.

Ao entrar pelos portões do parque, percebo que a sensação térmica se transforma. O suor resultante do trajeto começa a secar instantaneamente. Ao percorrer os caminhos cercados por árvores, ouve-se um som que se destaca entre o canto dos passarinhos.

“Ele é o bom, é o bom, é o bom. Meu carro é vermelho, não uso espelho pra me pentear...”. A música de Roberto Carlos denuncia a peça que está sendo ensaiada: “Anos 60, o sonho não pode acabar”. Me deparo com um grupo formado por jovens, em sua maioria, reunidos em uma área plana e em forma de círculo no meio do parque.

Uma voz de mulher dá as coordenadas.

- Espera a música terminar e entra no palco.

Avisto Dora, com um caderno em uma mão e a outra apoiada sobre um radiinho, realizando os trabalhos técnicos daquele ensaio em local improvisado. Me aproximo das pessoas e começo a fotografar. Enquanto faço meu trabalho, observo a movimentação dos atores.

Os diálogos contam visivelmente com elementos de improvisação e alguns atores substituem os que estão faltando. Vagner auxilia os jovens, que, em sua maioria, nunca apresentaram a peça, embora essa já seja tradicional entre os espetáculos do grupo.

O ensaio havia começado às duas horas da tarde e prossegue até por volta das cinco. Entre as cenas, repetidas várias vezes devido a inexperiência dos atores, o que mais chama a atenção é a leveza do ambiente. Aquelas pessoas demonstram estarem felizes por ensaiarem naquela tarde de sábado quente, sentimento evidenciado pelos risos descontraídos que envolvem os atores.

Entre a encenação do garanhão da escola, da diretora furiosa, do estudioso da sala, dos grupinhos de amigas e a dos brigões, flagro o olhar saudoso e preocupado de Dora. É importante que os atores realmente se pareçam com os personagens reais, que eram os colegas de escola da escritora na cidadezinha de Bálsamo, como me explica a atriz Tchay Ohara.

Termino de tirar as fotos do ensaio e me despeço de todos. Dora me dá um abraço e se mostra solícita, como de costume.

- Tchau, querida. Para o que precisar é só falar comigo.

Saio do bosque fresco e caminho pelo mesmo caminho quente da ida, no início da tarde. Carrego comigo um sentimento diferente: uma vontade de voltar.



*Ensaio descontraído no Bosque da Comunidade.*







dinheiro não, mas a expressão pura

**“Meu marido sempre diz que eu só dou prejuízo. Sou formada em duas faculdades e nunca quis ganhar dinheiro”**

Carioca de nascença, paulista de criação e nordestina de coração. Dora Alice Zamariolli Girelli, de 66 anos, nasceu na Vila Isabel, no Rio de Janeiro, cresceu em Bálsamo, no interior de São Paulo, fez faculdade em Campinas, reside em Bauru, e é grande admiradora de todo o povo nordestino: “É de onde vem os melhores poetas, artistas e escritores”. Ela é o resultado dessa grande mistura de influências.

Dora começou a escrever peças aos catorze anos, na escola, quando as fazia como exercícios para as aulas de Português. Na época, vivia uma adolescência difícil, como ela mesma conta: “eu sempre fui muito agitada quando criança, até os doze anos eu era impossível, falei antes do tempo, andei com nove meses, era meio louca, sempre fui, mas, quando eu entrei na adolescência, eu virei uma idiota”.

Por ter se tornado uma adolescente muito tímida e envergonhada, chegou a ser reprovada na escola por causa de seus medos e vergonhas. Um dia, ela resolveu lidar com essa situação e resolveu começar a jogar futebol: “eu estava numa aula de álgebra que eu odiava. Eu desenhei um campinho de futebol e passei para um menino que estava atrás e coloquei um bilhetinho pedindo para que ele desenhasse as posições dos jogadores. E ele me passou a folha, eu olhei e fui a fundo, comecei a estudar aquilo”. Dora começou a dar aulas de futebol para os meninos e a apitar jogos. Em 1963, ela até comentou ao vivo o jogo entre América e Palmeiras pelo Campeonato Paulista.

O teatro começou a fazer parte de sua vida junto com o futebol: “essas duas coisas vieram me tirar do ostracismo, daquela sensação horrorosa que eu sentia”. Naquele momento, Dora não imaginava que entraria para o mundo do teatro e nunca mais sairia. Por seus grupos de teatro passaram jovens com todo o tipo de problemas, havia os que sofriam por preconceitos, os que tinham dificuldades econômicas, os que eram marginalizados na cidade e os que eram tímidos, assim como Dora. “Cada um tinha um problema. E, quando faziam teatro, a vida deles mudava completamente. Então, o que acontecia comigo, se repetia com eles, e por isso eu continuei. E continua acontecendo”, explica Dora.

Depois de crescer em Bálsamo, hoje uma cidade com menos de dez mil habitantes, Dora se mudou para Campinas, também no interior paulista, para fazer o curso superior de História e Geografia. Depois desse curso, Dora ainda fez So-

ciologia, mas nunca exerceu nenhuma dessas profissões, já que logo em seguida se casou e se mudou para Bauru. Pouco tempo depois vieram os filhos e Dora fez questão de cuidar integralmente de seus dois meninos.

Em 1986, Dora fundou em Bauru o Grupo de Teatro Abertura. Trata-se de um projeto voluntário pelo qual se encenam apenas peças escritas por Dora ou adaptações de sua autoria. “Eu escrevo e dirijo, não trabalho com peças de ninguém, só minhas, para não ter que pagar direito para ninguém”, explica. A escritora fala sobre a dificuldade que tinha para trabalhar com o teatro no interior paulista: “eu cheguei a ouvir de donos de escolas, de diretoras de escolas públicas, que teatro não era cultura ou que isso não interessava”.

Dora escreveu peças inéditas e adaptações de romances ingleses e franceses. Hoje já roteirizou aproximadamente 30 peças. “Eu já adaptei Ben-Hur, de Lew Wallace. Peguei do livro e fiz a adaptação para o teatro, coisa que ninguém fez”, exemplifica.

A escritora escreveu uma peça em homenagem a Noel Rosa, compositor das músicas que sua mãe cantava para ela, quando criança. Em “Noel, quem nasce lá na vila”, uma peça toda falada em versos, Dora usa como base a obra do artista. Esse é um exemplo de como Dora escreve: “em cada personagem que eu escrevo eu coloco um pouquinho de mim. Ninguém sabe, mas está ali. As coisas que acontecem com eles, algumas vezes, são coisas que aconteceram comigo e eu passo para eles”.

Dora nunca se interessou em trabalhar com crianças, mas em um momento de sua vida foi convidada para montar uma peça de teatro em homenagem a Monteiro Lobato, com crianças de três comunidades de Bauru. Além de encenarem, a trilha sonora e os cenários da peça também seriam produzidos pelas crianças. A escritora conta que não foi uma experiência fácil, ainda mais para quem não estava acostumada a trabalhar com crianças. “Eu chegava a sair de lá passando mal de tanto nervoso. Eu ganhava um dinheiro do estado para fazer aquilo, mas depois de três meses eu pensei em desistir”, explica Dora. Ela conta que, em um momento de desespero, disse para aquelas crianças que iria abandonar o projeto: “eu falei isso para aquelas crianças, que eu estava me desgastando por causa de um dinheirinho que eu nem precisava, e que eu não ia mais fazer aquilo. Eu olhei pra eles, todos em volta de mim, com olhares que me questionavam. Eu vi aquilo,

comecei a chorar e falei para mim mesma que eu era uma idiota, uma burra, que tinha tudo na vida e estava abandonando aquelas crianças por causa de frescura”.

Para a escritora, aquela apresentação foi a melhor da sua vida: “o mérito foi todo deles, eles me surpreenderam de uma forma fantástica, eles entenderam tudo. Em termos de realização, foi a melhor coisa que eu vi no palco”.

Quando Dora começou a fazer teatro, ainda em Bálsamo, no interior de São Paulo, o trabalho já era beneficente: “Nós fazíamos peças para arrecadar dinheiro e alimentos para o Natal das crianças pobres”. Quando ela disse isso, percebemos o quanto Dora é natural ao falar sobre o seu trabalho voluntário. Ela não acredita que faça muito, já que não sabe ser de outro jeito. “Eu eu aprendi com meu pai a ser assim. Ele era um médico que nunca perguntou se o paciente teria dinheiro para pagar a consulta. Ele nunca cobrou dos pobres”, lembra-se.

Dora conta que na Páscoa, no Dia das Mães e no Dia dos Pais, seu pai chamava um mendigo da rua e fazia com que ele se sentasse na sua mesa para que fizesse a refeição junto com sua família. “Eu cresci acostumada a ver meu pai e minha avó ajudando as pessoas que tinham necessidade, e isso me despertou para fazer o mesmo com aquilo que eu fazia e gostava, o teatro”, explica a escritora.

Ainda que os anos tenham passado e que Dora não more mais em Bálsamo, que seu pai não seja mais o único médico da cidade, ou que ela não traga mais moradores de rua para se alimentar em sua mesa, a escritora traz das histórias daquele lugar muito do que ela é hoje.

“É isso, a gente é o que a gente vê, passa e sente”.

**60**

**de perto**



eles são todos nós

*O shorts adaptado abre completamente do lado por meio de um velcro, permitindo maior facilidade na hora de vesti-lo.*

Ariani Queiroz. Marisa Melo. Talita Romão. Roberta Riene. Mulheres guerreiras e de personalidade forte que escolheram o caminho do bem e a luta por um mundo mais igualitário e sem preconceitos: elas são algumas das parceiras e colaboradoras da fábrica e marca de moda inclusiva Somos Todos Nós (STN), idealizada e fundada pela designer de 27 anos, Drielli Valério de Oliveira, a Drika. Ao chegarmos na casa de Drika para a entrevista, nos deparamos com uma escada bem íngreme e estreita e subimos, naturalmente, aqueles vinte e poucos degraus. Não percebemos, naquele momento, o quanto aquela escada poderia impedir que alguém frequentasse a casa e também o ateliê da designer de moda. “Quando eu me mudei para cá, eu não pensei que essa escada poderia impedir, por exemplo, que eu realizasse uma reunião de trabalho na minha casa”, explicou Drika. Isso acontece porque nós só percebemos as dificuldades vividas pelas outras pessoas quando entramos em contato com elas, e nós só conhecemos o diferente quando ele se mostra.

A marca STN surgiu em 2011 com a aplicação prática de um estudo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Instituto de Ensino Superior de Bauru (IESB). Hoje, conta com dezoito colaboradores oficiais e quarenta parceiros, e oferece diferentes tipos de serviços, como cursos adaptados, ensaios fotográficos, treinamento para empresas, palestras inclusivas e vestuários adaptados feitos sob medida, todos confeccionados para atender pessoas com deficiências. A inspiração para que tudo isso fosse possível surgiu a partir de um acontecimento improvável: o casamento real entre o príncipe William da Inglaterra e Kate Middleton, em 2011. “O meu interesse pela moda inclusiva foi despertado pelo casamento real. Quando eu me formei, estávamos bem nessa época e eu decidi que iria fazer um vestido de noiva, só que eu não queria fazer apenas mais um vestido de noiva, porque entre os TCC’s que eu pesquisei tinha vestido de noiva de saco de lixo e de outros materiais e pensei, para que serviriam? A pessoa fez e acabou. E eu queria fazer alguma coisa que não parasse ali, na defesa de meu projeto de conclusão de curso, na minha formatura. Então, um amigo meu sugeriu que eu fizesse uma roupa para deficientes e eu fiquei com aquilo na cabeça. Até que um dia eu pensei: por que eu não faço os dois? Um vestido de noiva inclusivo que seja para qualquer tipo de pessoa, não só para deficientes, conta Drika. A partir dessa ideia, ela elaborou um vestido de noiva inclusivo, totalmente desmontável, em que

a parte de cima é um corpete – bordado em cristal swarovski - separado da saia, mas, quando juntos, dão a impressão de ser um vestido. Além disso, a saia tem um sistema de regulação de tamanho, de forma que a própria pessoa possa ajustar a sua altura. Esse mecanismo é importante, principalmente, para que o vestido não fique arrastando no chão e nem pegue na roda da cadeira, no caso de cadeirantes.

A apresentação do TCC foi cheia de surpresas: enquanto todos esperavam para ver uma cadeirante com o vestido de noiva, Drika pediu para que uma amiga sem deficiência entrasse com o vestido. Nela, Drika mostrou todas as regulagens e possibilidades do vestido. Depois disso, entrou Roberta Riene, cadeirante e primeira modelo deficiente a vestir um vestido inclusivo feito pela Somos Todos Nós. “A Roberta foi a primeira modelo, a primeira que acreditou sem saber se iria dar certo e até hoje ela desfila pra gente”, relembra a designer. Drika conseguiu nota 10 no TCC, mas enfrentou muito preconceito durante a produção do projeto. Segundo ela, algumas pessoas diziam que não fazia sentido o que a designer estava fazendo, já que, para essas pessoas, deficientes não se casam. Apesar do pessimismo de algumas pessoas, a designer decidiu levar sua ideia adiante e inscreveu o projeto do TCC no “4º Concurso de Moda Inclusiva”, realizado em São Paulo, em 2012, do qual saiu vencedora. A partir daí, começaram a surgir várias oportunidades de desfiles e exposições, mas foi depois da conquista do primeiro lugar pela Somos Todos Nós na “6ª edição do Concurso de Moda Inclusiva Internacional” que o trabalho da marca começou a ser conhecido e reconhecido, não só nacional como também internacionalmente. A marca organizou desfiles em Milão, na Itália, por exemplo. Foi depois do concurso, também, que começaram a chegar, do Brasil todo, os pedidos e encomendas de roupas feitas sob medida para deficientes. Foi só então que a designer percebeu que o projeto realmente poderia dar certo, já que, no Brasil, 45,6 milhões de pessoas declararam ter algum tipo de deficiência, em pesquisa feita pelo IBGE em 2010. E existiam apenas duas marcas de moda inclusiva para atendê-las: Lado B e Adapt Wear (em Português, Moda Adaptada). Mesmo sendo as três marcas consideradas de moda inclusiva, Drika destaca a diferença entre a Somos Todos Nós e as outras duas. “Essas duas marcas fazem roupa para pessoa com deficiência e, para mim, isso não é moda inclusiva, é moda que exclui essas pessoas. Porque, se quem não tiver deficiência quiser usar, pode ter algum detalhe que não caia bem. Então, o que eu faço é uma moda mais geral,

que pode ficar bem em pessoas com ou sem deficiência. Essa é a moda inclusiva”, observa Drika.

Conversando com ela é bem fácil perceber porque o nome Somos Todos Nós foi o escolhido para representar a marca. “Eu falo sempre ‘a gente’, porque a ideia já saiu do plano do ‘eu’ desde o TCC. Desde o começo, eu queria fazer um vestido de noiva, mas eu pensava: como eu vou custear um vestido de noiva? Não é uma brincadeira barata, né? Então, eu pensei: a ideia é boa e eu vou atrás de alguém para fazer isso para mim. Desde o começo, no primeiro lugar que eu fui eles toparam de cara. Então, eu falo que a gente tem muitos parceiros, desde esse primeiro, que acreditou em uma proposta que nem existia ainda. Agora eu tenho meu sócio, que é o meu noivo. A gente tem vários parceiros, todos voluntários. Todo mundo está acreditando nisso até se torne um negócio rentável para todos, que é o que a gente quer. Temos muita gente envolvida, acreditando com a gente, até os próprios modelos estão sempre juntos, ajudando na divulgação, participando, porque, sem eles, nada disso iria acontecer”, conta orgulhosa a designer. Outra fonte de inspiração para o nome da empresa foi a letra da música ‘Somos Todos Nós’, da banda Aliados, que diz “Seja mais uma voz que parte de nós, o nosso grito de guerra na busca da paz e do bem. A minha fé não me deixa, e eu vou seguir na missão [...] Somos todos nós, somos todos nós”.

\* \* \*

Quando ainda era apenas uma marca de moda inclusiva, a Somos Todos Nós produziu peças para quase todos os tipos de deficiência – a maioria sob encomenda –, inclusive para pessoas com limitação temporária, como foi o caso da Emília Tainah Amorim dos Santos Frenhe, de 30 anos, administradora e amiga de Drika. Há dois anos, Emília passou por uma cirurgia de remoção de parte do seio esquerdo devido a um câncer de mama. Durante um mês e meio, por não poder erguer o braço, ela perdeu a amplitude, dificultando o processo de trocas de roupas, principalmente blusas. Evitando sentir dores, Emília passou a vestir camisetas largas, até que Drika conversou com ela e produziu algumas blusas e também adaptou outras para que Emília passasse a vestir, sozinha, peças bonitas e femininas, sem sentir dor. Emília ainda ressalta que as peças inclusivas e exclusivas fizeram a di-

ferença durante o tratamento por aumentarem sua autoestima. “Quando eu estava em recuperação da cirurgia, eu conheci outras peças, cheguei a ver as roupas para cadeirantes, mas não eram bonitas, eram muito largas. E a blusinha que ela fez é tão bonita e prática que eu uso até hoje. Além disso, só o fato da pessoa poder se vestir sozinha já é tudo, porque você não precisa de outra pessoa para se vestir, para escolher uma roupa. Eu acho que mais do que inclusivo, é total, é inteiro. Você pode usar uma roupa normal, você não tem que se adequar a padrões que não fazem parte do seu estilo”, conta a administradora. A peça produzida especialmente para Emília permitiu que a Somos Todos Nós ganhasse um concurso valendo dez bolsas na “FazINOVA”, que é a escola de empreendedorismo da Bel Pesce, em São Paulo. Bel é empreendedora e, aos 26 anos de idade, já escreveu três livros sobre o tema e foi considerada uma das “100 pessoas mais influentes do Brasil”, em pesquisa divulgada pela Revista Época.

A designer também já desenvolveu um casaco de jeans de inverno, para uma criança com paralisia cerebral. “Esse casaco foi desenvolvido para um pai que tem filho com paralisia cerebral. O filho foi crescendo, ficando grande e a gente ouviu alguns pais dizendo que não davam banho nos filhos todos os dias porque dava muito trabalho vesti-los e despi-los, o que é um absurdo. Você não consegue colocar e tirar a roupa, então, você não dá banho no seu filho. Ele abre inteiro atrás, por ser de velcro. Então você veste pela frente, abotoa atrás e acabou. É muito mais fácil de você lidar. Isso não é só para ajudar pessoas com deficiência, é para ajudar os cuidadores e os pais também. É para poder facilitar a vida de todo mundo. O casaco tem botões falsos para manter a estética da peça, mas também é possível abri-lo pelo velcro da frente”, demonstra.

\* \* \*

As peças são confeccionadas a partir de um tecido reciclável feito à base de garrafa PET, da “Aradefe Malhas, linha ECO”, bem parecido e tão confortável como um tecido normal. Drika também usa o brim feito de garrafa PET, todos tecidos sustentáveis. Porém, se algum cliente pede que as roupas sejam feitas de um material específico, a solicitação é atendida. “Sempre que podemos, nós usamos tecidos recicláveis, mas já tive um cliente que exigiu uma bermuda feita de jeans



*O desenho é a parte do processo produtivo que a Drika mais gosta. A inspiração vem a partir de peças encontradas na internet.*

convencional”, conta a designer. Todas as peças são pensadas e desenhadas por Drika, sendo as mais simples costuradas e produzidas por ela mesma, enquanto as mais complexas são elaboradas por uma modelista. Além disso, todo o processo produtivo é feito em conjunto com o cliente. “Eu faço as peças sempre com os clientes juntos comigo, porque não adianta você fazer algo que você acha que funciona. Então, eu estou sempre perguntando, sempre confirmando se funciona e sempre que possível, provando, no caso dos que moram em Bauru. É preciso fazer junto com a pessoa, ela tem que estar presente em todo o desenvolvimento da peça. Então, a gente tem sempre esse cuidado”, pondera. O desenho de cada peça demora de duas a três horas para ficar pronto e a inspiração vem a partir de modelos que Drika encontra na internet. Como o trabalho é feito por encomenda, os preços variam, mas, em média, um vestido da marca custa 70 reais e uma bermuda personalizada, por exemplo, tem o custo de 90 reais. “Nós tentamos trabalhar com o preço justo, porque a moda não vai ser inclusiva, se ela for inacessível. O público não tem tanto dinheiro, são trabalhadores”, acredita a idealizadora da Somos Todos Nós. Sob encomenda, por mês, são produzidas, em média, quatro peças, que são enviadas para o Brasil todo. Além da produção sob medida, a Somos Todos Nós deixa algumas peças – consideradas mais gerais, por não serem feitas sob encomenda – em duas lojas: uma em Bauru, localizada na rua Sete de Setembro, chamada “Ateliê Black Mamba”, e outra que fica em São Paulo.

A divulgação das peças produzidas e do trabalho da Somos Todos Nós se dá por meio dos desfiles, principalmente, e pela participação em eventos e exposições, e também pelo novo site da marca, [www.somostodosnos.com.br](http://www.somostodosnos.com.br). Em Bauru, os desfiles aconteceram, em sua maioria, no Teatro Municipal, mas Drika já viajou pelo Brasil com suas peças. “A intenção dos desfiles é a inclusão social, a gente sempre procura misturar deficiente com não deficiente, justamente para mostrar esse contraste. A gente teve no último desfile um amigo meu que veste plus size, um padrão bem grande de tamanho, e quando eu o chamei para desfilar ele desfilou junto com um primo meu que não sai da academia. Entrou o meu primo primeiro, ele estava com uma camiseta regata, que abria inteirinha na lateral, ele desfilou e quando chegou na frente, ele arrancou a camiseta inteira e todo mundo ficou espantado, aí entrou o meu amigo plus size e a plateia ficou com cara de ‘ué, o que que tá acontecendo aqui?’ Mostramos dois padrões diferentes

em um mesmo momento”, conta a designer. Cada desfile organizado e idealizado pela Somos Todos Nós é diferente. “Em um desfile que a gente fez, todo mundo desfilou com um mesmo vestido preto, só que tinha um tecido com o qual elas mesmas faziam amarrações, cada uma de um jeito diferente, conforme suas limitações. A gente tinha desde modelo que tinha o movimento das pernas, mas não conseguia andar, até modelo que só tinha o movimento da mão para mexer na maquininha e conseguir se locomover. Uma delas falou ‘Eu não vou conseguir fazer essas amarrações’, e então eu dei o tecido na mão dela, um tecido redondo, e perguntei o que ela conseguiria fazer com aquele pedaço de pano. Ela pegou o tecido, passou duas vezes no pescoço e fez uma echarpe e eu falei: pronto, é isso o que você vai fazer. Foi legal para mostrar que eles também podem decidir o que vestir, podem customizar e isso fomenta a autonomia deles”, relembra Drika. Outra história curiosa sobre os desfiles aconteceu em 2013. “Esse shorts [com velcro lateral e botão na frente] foi feito para uma moça, que desfilou com ele em 2013 no Teatro Municipal e, quando a gente foi provar na casa dela, eu mostrei o shortinho para ela [cadeirante] e falei que aquele seria o look dela naquele desfile. Ela foi para trás com a cadeira e falou: ‘Eu não visto jeans, eu não consigo vestir jeans porque eu sou cadeirante’. Eu peguei a peça, abri do lado e expliquei que ele abria com velcro. O olho dela brilhou, ela veio para frente de novo e se dispôs a tentar vestir a peça. E conseguiu! ‘Eu não sabia que isso existia! E eu consegui vestir um jeans’”, comemorou. Todos os modelos são voluntários e não é Drika que os seleciona, são eles que escolhem desfilar para a marca.

Cada personagem, cada modelo da “Somos Todos Nós” tem sua história por trás da roupa que está vestindo. Marisa Melo, de 50 anos, é deficiente visual e se apresentou pela primeira vez em nome da marca em um sábado de 2015, em uma intervenção que aconteceu no Calçadão da Batista de Carvalho, localizado no Centro da cidade de Bauru. As modelos, todas voluntárias, vestiram a camiseta preta da marca e saíram pelo Calçadão com suas cadeiras de rodas, bengalas ou caminhando. Além de divulgar a marca, entregavam panfletos a respeito da festa de lançamento do site, que aconteceria no dia seguinte, no Jack Music Pub, que fica na Avenida Duque de Caxias. O local foi escolhido para sediar uma das primeiras baladas inclusivas do Brasil, segundo Drika, pela acessibilidade presente no pub.

Para Marisa, que além de fazer artesanato, dançar, restaurar cadeiras e bordar roupas também é ativa em vários Conselhos Municipais de Bauru, esse tipo de atividade é importante não só para difundir a marca, mas também para mostrar que muitos locais não estão devidamente adaptados. “Um centímetro de degrau que seja para nós, cegos, já pode ser um risco. Nós podemos tropeçar e cair”, afirma a dançarina. Para evitar problemas com o relevo, degraus e buracos, em novembro de 2014, Marisa participou da TOM São Paulo, uma feira organizada pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, em que profissionais de diversas áreas buscam soluções para desafios do dia a dia de pessoas com deficiência. “Lá no TOM tinha uma cadeira que mapeia os buracos do chão da cidade, depois ela manda um e-mail para a secretaria de obras para falar sobre os problemas que tem na cidade. O que eu experimentei foi um óculos que me ajuda para que eu não caia. Você coloca os óculos e ele tem uma pulseira que tem vibração e se eu estiver em um lugar que tem coisas mais altas, como orelhões, ele vibra para que eu não me machuque. E os projetos do TOM em São Paulo são todos baratinhos. Os experimentos são tão baratos que qualquer pessoa pode ter. Eles falaram que vão terminar esse projeto para colocá-lo nas prateleiras, para que possamos comprar na hora que a gente quiser, por é quarenta ou cinquenta reais”, conta a dançarina.

Marisa é 100% cega há catorze anos. Ela se tornou deficiente visual devido a um erro médico durante um exame de rotina. “Eu já tinha uma doença chamada retinose pigmentar e essa doença vai degenerando a retina e, no meu caso, ela parou em 6% de visão. Eu conseguia enxergar letras grandes, os rostos das pessoas, mas aí eu tive um derrame nos olhos e, durante o exame de rotina, o médico aplicou um produto químico que degenerou totalmente a minha vista”, relembra a artesã. Apesar de, no início, se sentir desamparada e triste, Marisa percebeu que a melhor maneira de recuperar a qualidade de vida seria lutando pelos direitos dos deficientes por meio do Conselho (COMUDE), assim como Ariani Queiroz, de 50 anos, modelo, palestrante, colunista voluntária da Somos Todos Nós e Coordenadora do COMUDE desde 2013. Ariani conheceu o trabalho da marca em 2011, enquanto fazia uma das coisas que mais gosta: jogar tênis. No início, Ariani não acreditou muito no projeto de Drika, mas, com o tempo, percebeu que as peças e os desfiles podiam ajudar a melhorar a autoestima das pessoas com deficiência

e também que a marca estava crescendo, dando espaço para outras atividades, também importantes, como palestras. “A nossa aceitação como pessoa com deficiência começa com a nossa auto estima, então, se você tem uma auto estima bem trabalhada, você transpõe qualquer barreira: arquitetônica, moral, de relacionamento”, acredita. Já Roberto Gonçalves, de 53 anos, também conhecido como Beto, que, assim como Marisa, desfilou para a STN pela primeira vez no movimento de março de 2015, acredita que a luta deve ser unificada entre os deficientes físicos para que as pessoas percebam naturalmente que eles existem. “A partir do momento em que aparecermos, sermos vistos e começarmos a dar trabalho nas lojas, nos comércios, aí sim eles mesmos vão abrindo espaços e adaptando móveis e instalações para nos receber melhor. A Organização das Nações Unidas (ONU) diz que somos de 10 a 12 % da população mundial, mas quantos você vê nas ruas? Quantos você encontra na ativa? Quem não é visto não é lembrado e quem luta pela igualdade não deve pedir privilégios. Quem pede tratamento diferenciado é porque se acha diferente”, afirma Beto. Roberto, que sempre foi cadeirante e está aposentado, é membro do Conselho Municipal do Deficiente de Agudos e, sempre que pode, está participando de atividades e militâncias. Beto é amigo de Ariani e sempre que está em Bauru os dois debatem possíveis diretrizes para a situação dos deficientes no Brasil.

Ariani se tornou cadeirante há oito anos. Ainda na infância, teve Paralisia Infantil na perna direita, uma deficiência considerada leve com a qual ela conseguia se locomover tranquilamente com a ajuda de uma bengala. Quando completou quarenta anos, o joelho esquerdo sofreu um desgaste, levando Ariani a se submeter a uma cirurgia. No hospital, contraiu uma infecção hospitalar e a consequência foi a corrosão de quatro centímetros de sua tíbia. Assim, foi obrigada a trocar a bengala pela cadeira de rodas. Segundo o médico de Ariani, a única possibilidade de reverter essa situação seria um enxerto de osso, por meio do banco de ossos humanos. No Brasil, existem apenas seis bancos de ossos, segundo o Conselho Federal de Odontologia: no Rio Grande do Sul (Passo Fundo), no Paraná (Curitiba), São Paulo (no HC, Santa Casa e Unimar, todos na capital) e no RJ (INTO). A melhor opção, segundo indicação do médico da modelo da “Somos Todos Nós”, seria o banco de Curitiba. Ela, então, entrou com um pedido pelo convênio de saúde, mas o tratamento não foi autorizado por se tratar de uma cirurgia que cus-



Marisa Melo e a neta são inseparáveis. “Onde eu vou, ela sempre está junto”, conta Marisa.

taria 100 mil reais. Depois da negativa do convênio, Ariani procurou a justiça, que também negou o seu pedido com respaldo da Agência Nacional de Saúde (ANS), que assegura aos convênios o direito de só liberar transplantes de córnea e de rim. No entanto, Ariani não desistiu de lutar pelos seus direitos. “Eu entrei com um mandato judicial contra o convênio. Perdi em Bauru na primeira instância, porque a juíza entendeu que, já que a ANS não exigia, o convênio não tinha obrigação de oferecer o transplante. Na segunda instância eu ganhei, só que daí eu analisei o seguinte: hoje eu estou extremamente adaptada com a cadeira, com a minha vida e com tudo; eu não tenho dor, não ando mais, mas tenho qualidade de vida, estou adaptada no esporte, tenho a minha casa, minhas atividades no conselho. Então, eu decidi não mexer em time que está ganhando. Não seria cem por cento de certeza, seria noventa por cento de chance de o transplante dar certo, correndo o risco de pegar outra infecção. Então, por tudo o que eu passei, eu achei que seria mais sensato da minha parte não fazer a operação”, conta.

Depois de passar por essa mudança drástica de vida, Ariani encontrou no esporte sobre rodas uma nova vida e paixão: o handebol. Além dessa modalidade, ela também pratica tênis de mesa, basquete e natação. Por acreditar tanto no esporte como fator de melhoria de condições de vida, principalmente para os deficientes, Ariani, sendo coordenadora do COMUDE, luta para que a prefeitura de Bauru incentive o esporte adaptado na cidade. Outra questão importante na luta pela acessibilidade dos deficientes físicos é o acesso às calçadas da cidade. A lei municipal nº 5.825, de 2009, conhecida como a “Lei da Calçada”, considera que a construção de uma rampa de acessibilidade em calçadas é de responsabilidade do município que reside em casas de esquinas. Porém, devido à má fiscalização, são poucos moradores que têm conhecimento e cumprem essa lei. O que o COMUDE vem exigindo junto à prefeitura é que as rampas de acessibilidade em calçadas passem a ser de responsabilidade do município. “Foi aprovado o novo Estatuto da Pessoa com Deficiência e uma das normas visa fazer com que as calçadas passem a ser obrigação do poder público, porque assim ele pode uniformizar, fazer tudo da maneira correta. A calçada você faz pra você e não pro outro, mas o poder público teria o dever de fazer para todos”, afirma Ariani.

Já as leis nacionais números 10.048 e 10.098, de outubro e novembro de 2000, respectivamente, foram elaboradas pensando na acessibilidade em relação a esta-

belecimentos e comércios construídos a partir desse ano. Todo estabelecimento comercial – exceto os do ramo alimentício – construído ou a ser construído a partir de 2000 precisa ter rampa de acesso. “Depois de 2000, os estabelecimentos comerciais e construções novas passaram a ser obrigados a ter a adaptação adequada, mas em Bauru, no centro, os prédios são todos antigos, construídos antes de 2000, infelizmente. Então, você não tem como obrigar um consultório médico a ter acessibilidade. Eu tenho como escolher que consultório eu vou, porque eu me recuso a gastar em um estabelecimento que não me favorece, mas tem pessoas que não têm condições de fazer essa escolha”, comenta Ariani.

Existe, ainda, uma lei nacional regulamentando e exigindo a contratação de deficientes físicos em empresas. A lei nº 8.213, também conhecida como “Lei de Cotas”, foi criada em 24 de julho de 1991. Ela dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência e dá outras providências referentes à contratação de portadores de necessidades especiais. Segundo o Art. 93, toda empresa com cem, ou mais, funcionários está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de deficiência. Para fiscalizar essas leis, existe, em várias cidades do Brasil, a Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA), inclusive em Bauru. Esse órgão tem função deliberativa e consultiva nos assuntos que envolvem acessibilidade em prédios, logradouros, mobiliário urbano, transporte e comunicação.

Além das leis federais e municipais, existe o Guia Operacional de Acessibilidade para Projetos de Desenvolvimento Urbano, elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O objetivo do Guia é facilitar a incorporação da acessibilidade na preparação de projetos de desenvolvimento urbano, edificação e transporte público. Os critérios para a elaboração desses projetos são baseados nas Normas Técnicas Regionais de Acessibilidade da Comissão Pan-Americana de Normas Técnicas (COPANAT) e devem prevalecer em caso de inexistência de normas locais. Segundo o Guia, a acessibilidade é a condição que cumpre um ambiente, objeto ou instrumento para ser utilizável por todas as pessoas de forma segura e da maneira mais igualitária, autônoma e confortável possível.

Apesar das leis que asseguram, em partes, a acessibilidade em Bauru e no Brasil, Ariani acredita em três fatores como fundamentais para a melhoria das condições dos deficientes, hoje. “São três questões: fiscalização que não existe,

com pouquíssimos fiscais; a conscientização da pessoa, porque hoje você não é deficiente, mas um dia você pode chegar a ser; e a questão humanitária, de você conseguir se colocar no lugar do outro. Se esses três fatores fossem consonantes entre eles, seria plena a melhoria de qualidade de vida pra gente. Bauru melhorou muito de 10 anos pra cá, a frota de ônibus é totalmente adaptada e isso não se vê em lugar nenhum. Não é o ideal, mas já é alguma coisa”, aponta.

Ao falarmos em deficiência é preciso definir quais características se enquadram em deficiência. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), deficiência, para fins de proteção legal, é uma limitação física, mental, sensorial ou múltipla, que incapacite a pessoa para o exercício de atividades normais da vida e que, em razão dessa incapacitação, a pessoa tenha dificuldades de inserção social. As pessoas podem ser portadoras de deficiência única ou deficiência múltipla (quando há a associação de uma ou mais deficiências. Além disso, existem cinco tipos de deficiência: física, visual, motora, mental (funcionamento intelectual significativamente inferior à média associadas à comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, saúde, segurança, lazer, trabalho e habilidades acadêmicas) e auditiva (perda bilateral, parcial ou total da audição).

Foi pensando nessas questões e em uma maneira de melhorar a qualidade de vida dos deficientes que Drika, junto com Ariani e outros colaboradores, decidiu acrescentar mais serviços à marca Somos Todos Nós. Serviços esses que irão gerar maior visibilidade e inspirar iniciativas parecidas. Haverão palestras de inclusão, em que os modelos vão contar suas experiências de vida e irão expor como passaram e superaram as situações; serão oferecidos treinamentos para empresas que são obrigadas pela lei nº 8.213, de 1991, a empregar deficientes e, muitas vezes, não estão preparadas ou adaptadas para tal; cursos de dança de salão para cadeirantes e também um curso de sedução; e a marca também irá proporcionar ensaios fotográficos com uma proposta diferente. “O ensaio fotográfico é uma parceria com o Estúdio Romântica, que deu como brinde para as modelos em um desfile. A gente sempre pergunta se alguma empresa tem interesse em dar alguma coisa pras modelos. Nunca pra mim, sempre pra elas, porque a gente sempre vê as pessoas com o foco só para o estilista, e não é isso que a gente quer, o foco deve ser nas modelos. Aí apareceu esse estúdio dando um ensaio fotográfico para cada uma das modelos e eu achei sensacional. Eu fui mostrar a elas com o maior receio

do mundo, pensei que elas iriam me achar louca, mas não, elas amaram a ideia. A gente fez o ensaio e as fotos ficaram ótimas. Todas chegaram muito tímidas, de cabeça baixa, e arrancaram as roupas no final. Elas saíram realizadas, por isso que foi incrível”, conta Drika. A designer ainda pondera: “A nossa empresa deixou a ser de moda inclusiva, e passou a ser uma empresa de inclusão, porque a gente faz muita coisa relacionada a área”.

Uma das voluntárias que faz com que tudo isso seja possível é a jovem Talita Romão, de 18 anos. Talita conheceu o projeto há um ano e, desde que começou a ajudar, se encantou pela Somos Todos Nós. “Eu acredito nesse trabalho porque essa empresa tem como base a sinceridade, união, o amor sem limites e, para mim, nada cresce sem sinceridade e amor. Tudo o que cada um faz é muito bem planejado, com carinho. E tudo é planejado para o bem comum, de todos. E eu admiro muito o esforço de cada um, principalmente da Drika e do Gabriel [noivo de Drika]. E isso me atrai. o amor, a sinceridade. Pessoas que trabalham com as mãos e o coração puro”, conta a jovem. Na empresa, Talita auxilia na divulgação, agendamento de entrevistas, produção dos eventos e, de modo geral, em tudo o que for necessário. Além de trabalhar como voluntária para a Somos Todos Nós, Talita também já fez parte – e pretende voltar a fazer – do Grupo de Teatro Educativo Abertura, que apresenta peças de teatro para ajudar financeiramente entidades sociais de Bauru e região. No grupo, Talita também ajudou na divulgação: ainda lhe falta coragem para atuar.

A união dos parceiros, colaboradores e modelos permitiu que a STN conquistasse vários prêmios durante esses quatro anos de história. Além dos já citados, recebeu também a Menção Honrosa da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo; Moção de Aplauso da Câmara Municipal de Bauru, em 2013; e foi considerado o melhor projeto da Mostra de Design Sustentável do “Paraty Eco Fashion RJ”, em 2013.

Apesar de todos os prêmios e menções já recebidos, a Somos Todos Nós tem dificuldades para caminhar – financeiramente – com as próprias pernas. A motivação para continuar vem, quase sempre, da simplicidade dos pedidos. “O que faz a gente continuar e não desistir são pessoas que pedem para que eu desenhe um macacão, por exemplo, porque é o sonho daquela pessoa e ela nunca conseguiu vestir um macacão na vida. Então, você pensa que o sonho da vida da pessoa é



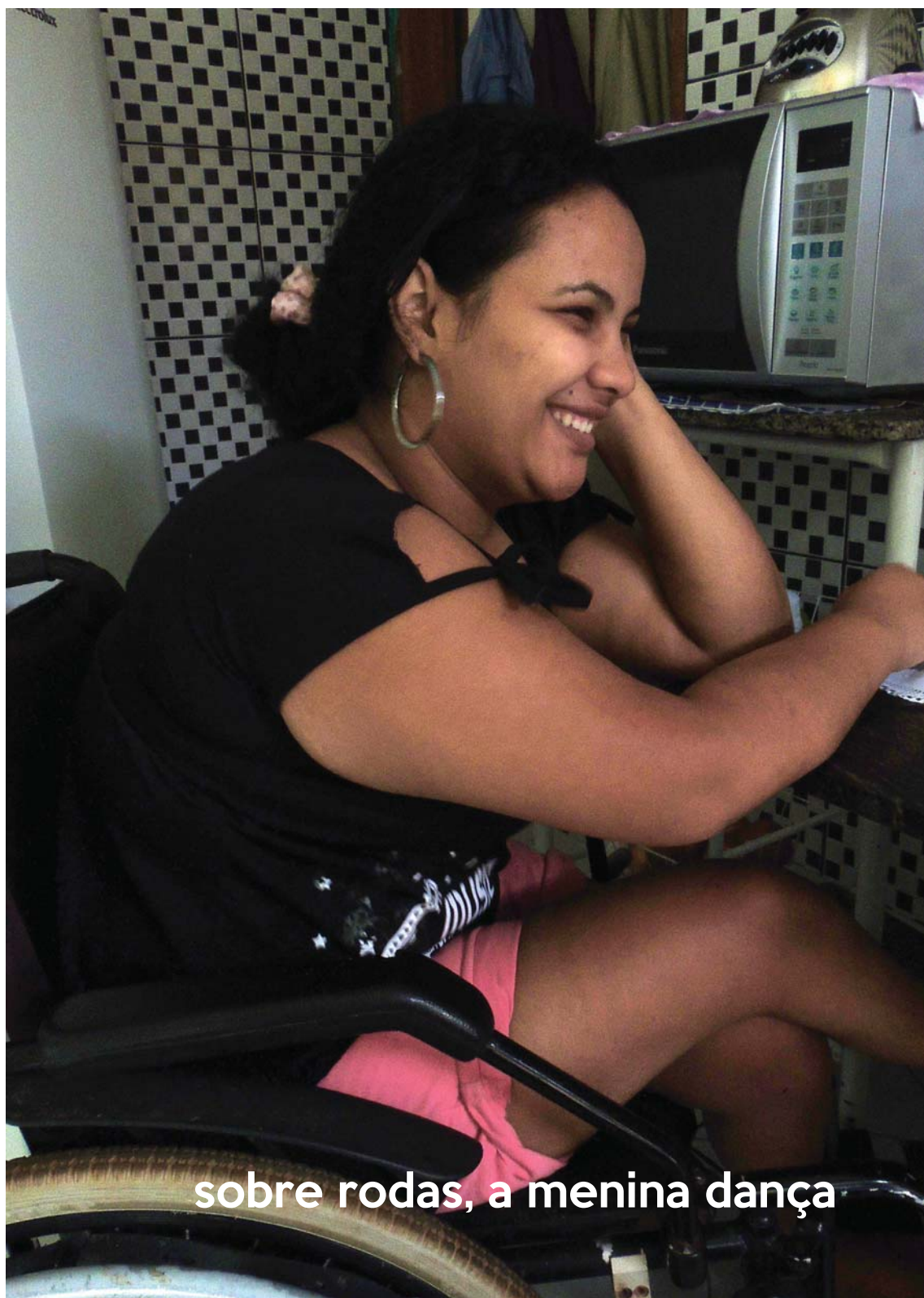
*Drika orienta os modelos sobre intervenção no Calçadão da Batista.*

vestir um macacão, uma coisa simples. Poder realizar o sonho de uma pessoa por meio de uma roupa parece algo tão bobo, mas olha a importância que tem”, comenta Drika, sem esconder a emoção.



**80**

**de perto**



sobre rodas, a menina dança

**“Foi muito difícil aceitar a ideia de viver numa cadeira de rodas”.**

Ainda jovem, aos catorze anos, Roberta Riene Ramos de Jesus recebeu uma sentença para a vida toda: conviver e viver em uma cadeira de rodas. Tudo começou quando Roberta, dois meses após dar à luz à Ariadne, sentiu dores fortes nas costas e nas pernas. Preocupada, foi ao posto de saúde de Igaraçu do Tietê, cidade localizada a 76 quilômetros de Bauru, onde foi informada, pelos médicos, de que poderiam ser apenas sintomas pós-parto. As dores permaneceram até que, em três de outubro de 2003, Roberta se levantou de manhã, como sempre fazia, e, ao tentar dar o primeiro passo, caiu no chão. A partir desse dia, a menina, que iria se casar em breve, nunca mais conseguiu andar.

\* \* \*

Roberta ficou internada por um tempo no hospital de Barra Bonita, que fica próxima à Igaraçu do Tietê, cidade onde vive desde o primeiro ano de idade, após se mudar da cidade em que nasceu: Novo Cruzeiro, interior de Minas Gerais. Como os exames realizados em Barra Bonita não foram suficientes, Roberta foi transferida para o Hospital Estadual de Bauru e, lá, ficou internada por um mês, fazendo novos exames. E foi depois de uma ressonância magnética que a razão para a perda parcial do movimento das pernas apareceu: a jovem tinha um tumor na medula óssea. Porém, a origem do tumor ainda era desconhecida e Roberta precisaria passar por uma biopsia para identificar o que gerou o tumor. A menina foi transferida para o Hospital de Base, já que o Estadual não tinha estrutura suficiente, na época. Já no novo hospital, descobriu-se a causa do tumor: esquistossomose. Segundo o doutor Drauzio Varella, a esquistossomose é uma doença causada pelo *Schistosoma mansoni*, parasita que tem no homem seu hospedeiro definitivo, mas que necessita de caramujos de água doce como hospedeiros intermediários para desenvolver seu ciclo evolutivo. Normalmente, o parasita se aloja no fígado ou estômago dos indivíduos, mas, no caso de Roberta, se hospedou na medula óssea, gerando um tumor irreversível, que causou a perda de 50% do movimento da perna direita e 90% da articulação da perna esquerda.

Depois da cirurgia para retirada do tumor, Roberta passou a frequentar a SORRI Bauru, entidade que presta todo o tipo de assistência a pessoas com deficiência. Durante os oito anos em que ficou lá, Roberta frequentou cursos profissionalizan-

tes e também fez fisioterapia, acreditando, ainda, na recuperação dos movimentos de seus membros inferiores, até que o diagnóstico definitivo veio, em 2010, por meio de um médico, também da SORRI: Roberta nunca mais voltaria a andar. Já adaptada, ela conta que esperava que isso fosse acontecer, mas que no começo, quando tinha acabado de perder os movimentos, não foi bem assim. “O difícil mesmo foi no começo, até eu entender, porque eu era muito nova, estava começando a viver a vida. Uma vez, uma das inspetoras da escola foi em casa me visitar, eu estava na cama e ela me olhou e falou que eu precisaria de uma cadeira de rodas para continuar frequentando a escola. Eu fiquei super revoltada, disse que não ia precisar de cadeira de rodas. Eu fiz dois anos de terapia para poder entender e aprender a conviver com essa situação. Foi muito difícil aceitar a ideia de viver em uma cadeira de rodas”.

\* \* \*

Hoje, Roberta enxerga a vida com olhos alegres e sorriso no rosto. O que a motivou a mudar seu modo encarar a situação foi conhecer pessoas, segundo ela, em situações piores e, também, ter participado de desfiles da Somos Todos Nós. Roberta foi a primeira modelo a desfilir para a marca e conta como foi emocionante subir no palco e ter os holofotes voltados para si. “Quando eu desfilei pela primeira vez, no começo, eu senti muita vergonha. Nunca tinha feito isso antes, mas sempre tive vontade de fazer porque eu sou muito espontânea. Logo depois eu me soltei, e foi muito gratificante, adorei”. Ela aprovou tanto a experiência que repetiu outras quatro vezes, sendo duas delas em São Paulo e no Rio de Janeiro, quando conheceu o mar pela primeira vez, em 2013. “A Roberta tem uma das histórias mais incríveis que eu conheço. A gente foi para Rio de Janeiro juntas participar de um evento e, inicialmente, a produção queria pagar só a minha passagem e que eu levasse apenas o vestido, eles me arrumariam alguém lá para vesti-lo. Eu disse que não iria sem a modelo e nós acabamos levando ela e a irmã. Nós fizemos a palestra e depois o desfile, e a Roberta disse que não conhecia a praia e que esse era o sonho dela. A praia era na frente do hotel, mas na correria do dia nós só arrumamos tempo pra ir depois do desfile. Já era noite e Roberta quis ir vestida de noiva mesmo, e daí nós tiramos a foto mais incrível e espontânea de todas:



*Roberta quando conheceu o mar pela primeira vez.*

ela molhando os pés no mar pela primeira vez, na cadeira de rodas e vestida de noiva”, relembra Drika, designer da marca de moda inclusiva Somos Todos Nós.

\* \* \*

Roberta e Drika se conheceram quando a designer estava procurando uma modelo para apresentar seu vestido de noiva, elaborado como TCC, em 2011. Drika foi até à SORRI para encontrar mulheres interessadas em participar do projeto. Roberta e mais uma outra menina se disponibilizaram. Tentando ser justa, Drika fez um sorteio e a sorte uniu a vida das duas: Roberta foi sorteada. A partir daí uma transformou a vida da outra. “Ela foi um anjo. A Roberta foi a primeira pessoa que acreditou, que desfilou sem saber se iria dar certo”, afirma Drika. O sentimento é recíproco. “Minha vida estava horrível, eu estava em depressão, e agora a gente desfila, viaja e a minha vida mudou. A Drika foi um anjo na minha vida”, conta, emocionada, Roberta.

A ‘Preta’, como é chamada pela irmã Renata, de 19 anos, também tem outro irmão: Robson, com 21 anos. O preconceito é sentido na pele pelos três: Roberta, por ser cadeirante; Renata, por ser homossexual e Robson, por ser usuário de drogas. Por ser a irmã mais velha, Roberta se preocupa e tenta cuidar dos irmãos. Ela e Renata, que mora em Jaú, mantém contato diariamente pelo telefone. Uma sempre recorrendo aos conselhos e aconchegos da outra. Já a relação com o Robson é mais complicada. “Meu irmão já me roubou, roubou minha mãe. Eu entrei em depressão por conta da situação dele, porque ele é meu irmão, eu me preocupo”, conta emocionada. Apesar dos problemas, Roberta pretende continuar ajudando o irmão e tem em sua mãe, Natalina, uma grande amiga. A semelhança entre as duas não só é física, ela também pode ser identificada na enorme simpatia e receptividade de ambas. Enquanto conversamos com Roberta, o cheiro de café fresquinho toma conta da cozinha pequena, mas muito organizada, com azulejos listrados em preto e branco, lembrando um tabuleiro de xadrez.

\* \* \*

- Rô, vem tomar café. Chama as meninas!

É a voz de Natalina que ecoa para dentro da cozinha. O ronco da minha barriga atende prontamente ao chamado e seguimos para a mesa do quintal, coberto com telhas e com um ventilador – potente – improvisado no teto. “Obra do meu marido”, conta, orgulhosa, Natalina, de 46 anos, que hoje, trabalha num frigorífico. A conversa continua lá, com a presença do filho mais novo de Roberta, o falante Gilliard, de seis anos, e da articulada e atenta Ariadne, de doze. Enquanto bebemos o doce café feito por Natalina, Roberta conta que agora só pode usar a condução da prefeitura para se locomover se for para consultas médicas. Antes, ela podia utilizar o transporte municipal para participar dos desfiles da Somos Todos Nós e, também, para outras atividades. “A Drika disse que vai fazer uma roupa para mim, mas ela precisa das minhas medidas e, agora que eu não tenho mais a condução da prefeitura, é muito difícil ir para Bauru. Seria muito prático e bacana ter uma roupa dela”, conta em tom triste.

Além da dificuldade com o transporte intermunicipal, Roberta tem problemas para se locomover dentro da cidade, já que os ônibus circulares não são adaptados. Além disso, a maioria das ruas de Igarapu do Tietê tem valas, que se tornam obstáculos para cadeirantes. Quando precisa ir ao centro, ela tem que ir de carro com sua mãe.

\* \* \*

No dia a dia, Roberta fica mais em casa, cuidando dos filhos e arrumando o que for necessário. Por morar, há um ano, em uma casa adaptada para deficientes em um Conjunto Habitacional, ela não enfrenta problemas para se locomover entre os cômodos e realizar atividades domésticas como cozinhar e lavar roupa. Antes de se mudar para o Conjunto Habitacional, Roberta morava na casa de sua mãe, local em que realizamos a entrevista. Ela conta que, quando se tornou cadeirante, acabou se adaptando ao lugar, já que não tinha condições para fazer reformas de adaptação e acessibilidade.

Além de adorar conversar e conhecer pessoas novas, Roberta também gosta do lugar em que vive e da vida que leva, mas faz planos para o futuro. “Eu gosto da minha vida, gosto de viver aqui, mas eu sinto um pouco de dificuldade na questão da mobilidade. Para mim, é o mais difícil. Eu tenho vontade de ter uma profissão,

para isso, eu vou voltar para a escola”, conta. Ela deve que abandonar os estudos para poder realizar o tratamento do tumor e para cuidar dos filhos. Agora que já estão crescidos, ela pretende voltar a estudar e, quem sabe, até fazer uma faculdade.



90

de perto



do asfalto também nasce flor

*No sábado de Páscoa o projeto também distribuiu bombons.*

Jaraguá. Centro. Ferroviária. Favela São Manuel. Dentre os vários bairros atendidos pelo projeto Sopão Bauru, esses são apenas alguns dos que abrigam também moradores de rua, prostitutas, usuários de drogas e pessoas que não têm moradia fixa. O projeto envolve treze membros fixos que, a cada quinze dias, aos sábados à noite e madrugada adentro, levam alimentos como sopa, arroz com salsicha e batata e pão aos moradores de rua de Bauru. Mais do que proporcionar alimentação, o grupo oferece o que acredita ser o mais importante: a paciência e a generosidade para escutar as angústias dos cidadãos que vivem em condições subumanas, na tentativa de aconselhar para que essas pessoas voltem a ter uma vida digna. “O nosso foco não é alimentar, até porque, uma vez a cada quinze dias, ninguém alimenta ninguém. O foco é incentivar para que eles saiam da rua em busca de uma religião, porque com isso terão uma melhora de vida”, acredita a sorridente e comunicativa fundadora do projeto, Marinalva Prado de Oliveira, de 33 anos, chamada de Mari por todos que a conhecem.

O Sopão Bauru foi fundado por Mari há três anos e faz parte das atividades da Comunidade Evangélica Restaurar. No início eram apenas três pessoas: Mari, o marido e mais uma. O que motivou Mari a começar o projeto foi o frio. “Um dia, eu estava passando pela avenida 13 de maio e vi um povo dormindo no frio, no mês de junho, e eu pensei que eu não podia fazer nada por eles porque não tinha condições. E Deus falou que eu não preciso ter dinheiro, que se eu tiver amor, eu consigo. O que me motiva a fazer isso é não ver mais eles nessa vida de sofrimento, porque eles sofrem muito”, conta Mari. Para manter o projeto, cada um dos treze membros ajuda com uma mensalidade simbólica de 10 reais. Além disso, o projeto também recebe doações de alimentos, mas Mari garante que só leva para as ruas suprimentos de boa qualidade. “Quando eu comecei com o projeto, Deus falou pra mim: ‘você dá o melhor pros seus filhos, não é? Pois os moradores de rua também são seus filhos, então você deve dar o melhor para eles’”, conta a faxineira. O objetivo do Sopão é ouvir as pessoas que estão vivendo nas ruas e levar um pouco de religiosidade e palavras de conforto, fazendo com que os desabrigados se inspirem e se apeguem em algo para sair das condições em que se encontram. “Nós queremos que essas pessoas encontrem uma igreja, mas não precisa ser a minha. A gente fala pra elas procurarem a igreja mais próxima e irem. Nós vamos levar uma mensagem de paz e os incentivamos a se apegarem à alguma coisa para

que saiam dessa vida”, afirma Mari. Em média, por noite, são atendidas de 70 a 80 pessoas, mas o número varia muito devido à interferência da polícia. Quando há a ação dos policiais, as pessoas costumam se dispersar com medo da ação violenta e das represálias. “Quando nós vamos em alguns lugares e não encontramos moradores nós já sabemos que a polícia passou por ali”, conta Mari. Os voluntários do Sopão também sofrem com essa violência. “A abordagem da polícia é sempre violenta, eles não batem, mas empurram, são grossos, inclusive com a gente”, conta Mari. Além da agressividade da polícia, os moradores de rua também enfrentam intolerância de pessoas que não aceitam a presença deles naquele local.

Enquanto redigia essa reportagem, me deparei com a triste notícia de uma agressão a moradores que vivem nas ruas, em Bauru. Na madrugada do domingo, dia 29 de março, foi veiculado pelo Jornal da Cidade que o ex-presidiário Luiz Alberto de Oliveira, de 36 anos, tentou matar um casal de moradores de rua ao atear fogo no colchão em que o casal dormia em seu barraco na rua dos Limoeiros, quadra três. Depois de ter assumido o crime e afirmado que a intenção era matar o casal, Luiz foi preso e autuado em flagrante por tentativa de homicídio.

Por trás de cada mão calejada e dos olhares tristes e assustados existem feridas que deixaram marcas na pele e no coração, muitas delas relacionadas ao vício em drogas e conflitos familiares. É o caso da transexual Fabiana, de 30 anos, que vive nas ruas desde os sete anos de idade. “Minha mãe trabalhava muito e morava no serviço, ela sofria muito e a minha avó cuidava de mim e dos meus dez irmãos. Como eu não gostava de ver a minha mãe sofrer e minha avó me maltratava, eu saí para o mundo”, conta Fabiana, enquanto segura o prato de comida em uma mão e o suco na outra, entregue pelos membros do Sopão. Depois que foi para as ruas, Fabiana passou a usar crack e a beber. Ela raramente procura a mãe, mas mantém certo contato e sabe onde encontrá-la. Porém, muitas dessas pessoas vão para as ruas e não voltam mais para suas famílias e lares, seja por vontade própria e pela ‘liberdade’ que as ruas proporcionam, ou pela não aceitação da família.

Durante o diálogo entre voluntários do Sopão e dos moradores em situação de rua, os membros do projeto procuram conhecer as histórias de cada um e comprovar a veracidade dos fatos narrados, então, tomar providências para tirá-los dessa vida triste e difícil. Porém, Mari deixa claro que eles só ajudam quem busca por ajuda. “Nós só ajudamos quem quer ser ajudado, se não, não adianta. Eles têm que



*A escolha do cardápio das refeições é feita dependendo das doações que o projeto recebeu.*

nos procurar e não o contrário”, acredita.

Quando criança, Mari enfrentou muitas dificuldades e conseguiu se reerguer graças à ajuda de algumas pessoas e é por isso que, hoje, ela retribui o que recebeu como pode ajudando os dependentes químicos e moradores em situação de rua. “Eu tive uma infância bem complicada. E eu tive algumas pessoas que ajudaram muito na minha infância. Se não fossem eles a gente literalmente passava fome, então eu quero retribuir essa ajuda que eu recebi. É uma forma de satisfazer a minha alma. Lá na igreja tem quem faça com crianças de orfanatos. Eu gosto muito de crianças, mas não é o meu chamado, o meu chamado é mesmo com dependentes de drogas. É um amor que não dá nem para explicar”, conta emocionada.

### os números das ruas

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 2 milhões de brasileiros vivem em situação de rua. E, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), existem cerca de 100 milhões de pessoas vivendo à margem da sociedade nos grandes centros urbanos em todo o mundo. Em Bauru, de acordo com levantamento feito pela prefeitura da cidade em 2014, 152 pessoas viviam nas ruas, número três vezes maior em relação ao censo de 2010 em que foram contabilizados 52 indivíduos. Pensando em assegurar os direitos humanos e condições mínimas de qualidade de vida aos moradores em situação de rua, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), desenvolveu a cartilha “Direitos do Morador de Rua”, um possível bom modelo de ideias aplicáveis à questão das pessoas que se encontram em momento de exposição e extrema vulnerabilidade, já que as ruas não oferecem condições mínimas de higiene, segurança, alimentação, entre outros itens. Os direitos apresentados na Cartilha foram baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos que afirma que “Toda pessoa que mora na rua tem direito à vida com saúde, trabalho, educação, segurança, moradia, assistência social e lazer”. No Brasil, esses direitos, mesmo àqueles que não têm moradia, estão assegurados na Constituição Federal, documento máximo brasileiro. Nesse sentido, a Cartilha orienta tanto os moradores de rua quanto a população em geral sobre os direitos dessas pessoas.

O Sópão Bauru, assim como a Cartilha, age na tentativa de garantir a dignidade e cidadania da população que vive nas ruas. “O nosso trabalho existe para que

eles tenham o mínimo de conforto, se não material, espiritual. Queremos que eles saiam das ruas porque lá eles não têm voz. Para mim já vale a pena se uma pessoa, durante um ano inteiro, sair da rua. Já vale”, afirma Mari.

O projeto mantém contato com as pessoas que deixaram as ruas, motivadas por ele. “Tinha um homossexual, que morava na Ferroviária, muito bonito por sinal, que estava perdido na rua. Ele decidiu mudar de vida e arrumou um emprego na USC (Universidade do Sagrado Coração) como profissional de limpeza. Ele saía da rua, pagava para tomar banho na rodoviária, entrava às 22h no trabalho, depois voltava para rua. A SEBES viu o esforço dele e pagou três meses de um hotel para ele morar. Depois, ele saiu desse hotel e não sei aonde está morando, mas eu sei que ele hoje paga seu aluguel, está limpo, de cabelo e barba cortado, unha limpa, roupa nova. Ele bebia corotinho e agora estava bebendo Brahma”, conta Mari.

### **o dia da ação**

Às 17h do dia 4 de abril está marcado o encontro. Chegamos na Comunidade Evangélica Restaurar, localizada na quadra 26 da Av. Castelo Branco, um pouco antes: às 16h40. Entramos por uma porta entreaberta e avistamos um galpão grande, com um palco e muitas cadeiras enfileiradas. No fundo, está a cozinha, ameaçamos entrar, mas o calor gerado pelas grandes panelas de comida nos faz recuar. Tentamos novamente, nos apresentamos, e, lá dentro, o cheiro de frango ao molho é convidativo. Com um sorriso no rosto e abraço aconchegante, Rita de Cássia Fragoso, de 57 anos, é a primeira pessoa que nos recebe. Ela e mais três pessoas preparam o alimento a ser servido na madrugada. Elas chegam às 15h e deixam tudo pronto até, em média, às 17h.

O culto jovem começa às 20h e somos chamadas para participar. Esse momento de oração, segundo Mari, contribui para que todos os membros estejam mais tranquilos antes de ir para as ruas, já que irão encontrar pessoas em péssimas condições de vida. Às 22h o culto termina e Mari passa as orientações a todos que vão participar do Sopão, que, embora tenha esse nome, só fornece sopas na época de frio. Excepcionalmente nesse sábado o grupo contava com mais de vinte e cinco colaboradores, entre visitantes de primeira viagem, como nós, e pessoas que já fizeram parte do projeto e decidiram voltar.

Dicas e orientações dadas, pegamos as panelas cheias de arroz, frango ao mo-



*A casa de Hellen é uma das primeiras que podem ser vistas no “piquete”.*

lho com batatas e os sacos de pães, colocamos no porta-malas de um dos carros e seguimos para o nosso primeiro destino: Jaraguá. É nesse momento que um certo nervosismo começa a se fazer presente e as dúvidas começam a aparecer em nossas mentes: será que correremos algum perigo? Será que eles serão receptivos? Em que situações vamos encontrar essas pessoas? Os pensamentos são dissipados com o chamado:

- Tudo pronto, pessoal! Vamos? Grita Mari.

Chegando ao bairro, encontramos a simpática Fabiana, que nos recebe cheia de abraços e gargalhadas: ela conhece bem o trabalho do Sopão e, principalmente, Mari, já que elas conviveram juntas quando crianças. Fabiana não está só, mais dois homens e uma mulher estão com ela. Mari e alguns membros conversam rapidamente com eles e a oração começa. Alguns minutos depois, as preces se encerram e, então, chega a hora de ouvir, escutar o que essas pessoas têm a dizer e têm vivido. Nós também paramos para conhecer um pouco mais da rotina de Fabiana. “Eu agradeço muito a eles virem aqui ajudar a gente. O que eu mais gosto quando o pessoal vem é da minha conversa com meu Deus. Essa conversa é o melhor momento que tem, alivia bastante”, conta. Durante a oração é perceptível a emoção dela, que chora. Embora tenha 30 anos, Fabiana parece uma menina: em meio à condição precária de vida e tristeza por estar longe da filha Fabíola, ainda brinca e dá boas gargalhadas.

Enquanto conversávamos com Fabiana, Mari estava sentada junto ao colchonet de espuma em que uma moradora de rua estava deitada. Assim que chegamos, a resistência dela em relação à nossa chegada foi nítida: foi a única que não nos cumprimentou ou se interessou por nossa chegada. Preocupada, Mari foi tentar entender a situação: a mulher estava com pneumonia dupla, não conseguia mais falar, mas não podia procurar um médico por correr o risco de ser presa, já que era procurada pela polícia.

Hora de servir! Os pratinhos de isopor com arroz, frango e pão são distribuídos. Por anteceder o domingo de Páscoa, também foram oferecidos bombons e pães de mel, feitos pela mãe de um dos voluntários.

Deixamos o Jaraguá e seguimos em direção ao bairro Fortunato Rocha Lima. Lá, em um terreno com vários barracos feitos com pedaços de madeira, também conhecido como “piquetes”, encontramos moradores que se juntam ao projeto

para orar, ritual que se repete a cada quinze dias. Nesse local a ação é mais demorada porque muitas pessoas vivem ali. Ao tentarmos tirar algumas fotos do local – os moradores não permitem fotos deles – somos surpreendidas por um convite:

- Vocês querem tirar fotos lá no fundo, na minha casa?

Uma mulher de olhos verdes marcantes e cílios longos e curvados espera, atentamente, a resposta. Aceitamos e começamos a entrar naquele mundo até então desconhecido por nós e por muitos do projeto Sopão. Hellen empurra uma grande placa de metal que funcionava como uma espécie de portão. Passamos por uma abertura entre dois pedaços grandes de madeira – a porta – e conhecemos o espaço que ela chama de lar. Em um ambiente de, mais ou menos, 6m por 3m, constituído por dois cômodos e um banheiro, Hellen vive com a filha, de doze anos. Para sobreviver, Hellen lava a roupa para vizinhos. “Eu fumo uma pedra de crack por dia e trabalho como lavadeira aqui da vizinhança. Minha filha não fuma e pede para que eu pare, mais é difícil”, desabafa a mulher dos olhos verdes e cabelos vermelhos. Saímos da casa da lavadeira e ela nos mostra, orgulhosa, suas plantas. “Ah, eu adoro minhas plantinhas. Tenho pé de manga, pé de limão”, aponta.

Voltamos para o lugar de onde vêm as vozes que ainda estão orando. Com o tempo, mais pessoas se juntam ao coro. Angustiadados, desempregados, viciados, trabalhadores. Um grupo plural com vidas unidas – pelo menos naquele momento.

Hora de servir novamente! Como, dessa vez, o número de pessoas é maior, elas se alinham em fila indiana atrás do porta-malas do Gol preto, carregado de alimentos. Trazem potes que antes guardaram sorvetes, panelas e qualquer utensílio que seja útil no armazenamento e transporte da refeição que pode ter sido a única naquele dia. Alguns voltam para pegar mais: a família deve ser grande e a fome maior ainda.

- Calma aí, gente, não vão embora! Hoje tem chocolate!

Grita Mari, com os sacos de bombons nas mãos. A felicidade se desenha nos rostos quase que instantaneamente. As mãos se juntam em formatos de conchas para receber aquele chocolate que adoçará a boca e aquela noite quente de lua cheia.

Logo os moradores desaparecem. Como o roteiro do sábado foi mais curto, já que o projeto estava cheio de visitantes, sobra comida. Os membros do Sopão começam a fazer seus pratos. Os roncos das nossas barrigas e o gosto amargo da

boca não escondem: a fome também chegou para nós. Pegamos um punhado de frango, arroz, molho e pão e nos surpreendemos com a temperatura da comida, que ainda está quentinha. Somos obrigadas, então, a concordar com Mari, a comida é realmente deliciosa. Para adoçar a boca um pouco de pão de mel, igualmente gostoso.

De estômago cheio, partimos para mais uma roda de oração, agora, apenas entre os membros do projeto e os visitantes daquela noite. As pessoas proporcionam um ambiente reconfortante. Quase nos esquecemos que passamos o sábado de Páscoa longe de nossas famílias. Lembramos que, muitas das pessoas que moram ali, naqueles casebres, não vêem a família há anos. Percebemos a importância desse trabalho, simples em seus atos, mas gigantescos em suas marcas.





**caminhos que se encontram na rua**

**“Quando entregamos comida, o mais triste é ver que ainda estão nas ruas pessoas que usavam drogas comigo”.**

Das 152 pessoas que viviam nas ruas de Bauru, em 2014, um deles poderia ser Luiz Carlos de França se ele não tivesse transformado sua vida há exatos 20 anos. O eletricitista usava maconha e cocaína e, apesar de ter uma casa onde morar, passava grande parte do seu tempo pelas ruas da cidade. Hoje, com 50 anos, ele também é pastor da Comunidade Evangélica Restaurar e membro recente do Projeto Sopão Bauru, mas atua em projetos parecidos há dez anos.

Pastor Luizão, como também é conhecido, faz parte da igreja há dezenove anos e às quartas-feiras ‘prega’ a sua crença em Casas de Reabilitação para dependentes químicos. Ele não tem problemas em compartilhar sua história de vida, ao contrário, prefere relatar suas experiências aos desavisados e desconhecidos.

Luiz nasceu e viveu em Botucatu até os 21 anos. A relação do eletricitista com as drogas começou quando tinha dezesseis: a maconha foi o primeiro contato. “Meus amigos estavam fumando, me chamaram, eu experimentei por curiosidade”, conta. Luiz também já usou cocaína, haxixe, pasta (precedente ao crack) e ópio - uma vez. Ele parou de estudar quando estava na sexta série. Dos 17 aos 19 anos, chegou a traficar drogas e cometer alguns roubos, até que, em 1986, Luiz foi preso, em flagrante, por assalto. Ele ficou detido por um ano no Presídio do Hipódromo, no bairro do Bresser, em São Paulo. “A cadeia foi um divisor de águas na minha vida. Foi um período muito ruim, em que conheci pessoas piores e melhores que eu. A prisão é uma escola para quem quer continuar e quem quer sair. E tem outra coisa, quando você erra, não é só você que sofre, quem estava aqui fora também sofria”, lembra Luiz, se referindo à família.

Assim que saiu do presídio, com 22 anos, o pastor foi morar em Bauru. Ele conta que, apesar de ser ex-presidiário e ter sido usuário de drogas, nunca teve problemas em encontrar emprego. “Eu sempre tive trabalho. Já trabalhei como ajudante de cozinha, ajudante de cortador, DJ, com construção civil, nas partes mecânica e elétrica”.

Luiz conta que seu pai era militar e se aposentou antes do tempo por causa do vício do filho. “Meu pai decidiu se aposentar dois anos mais cedo do que ele deveria. Ele me dizia que não queria ter o desgosto de me prender. Para mim, doeu demais ouvir isso, mas eu continuei a usar. Se deixassem, eu usava cocaína o dia inteiro”.

O eletricitista tem quatro filhos homens, mas a decisão de parar com as drogas

veio com o nascimento do segundo filho, em 1995. No começo, ele chegou a frequentar reuniões dos Alcoólicos Anônimos para conhecer o trabalho e funcionamento, mas não manteve o contato por muito tempo, por achar que parar sozinho era a melhor saída. “A maior influência da sua mudança parte de você e não dos outros”, explica. Quando estava em abstinência da droga, Luiz conta que suava muito, se irritava com frequência e se isolava. Ele levou, em média, oito meses para se ver livre do vício em drogas, sempre evitando as amizades que o influenciavam.

O filho mais velho de Luiz também se envolveu com drogas e chegou a ser internado. “Eu tenho um filho mais velho que foi internado por conta de cocaína. Eu falei para ele que ele estava indo para o mesmo buraco que eu, aí ele colocou a culpa em mim. E quando você está viciado, você culpa todo mundo por estar naquela situação, mas a culpa é sua mesmo. Você tem que ter a consciência de que você errou”, afirma.

Além de ver seu filho viver a mesma situação que ele, o eletricitista também viu uma boa oportunidade passar diante dos seus olhos sem poder fazer nada: Luiz perdeu a possibilidade de ocupar um cargo público devido aos seus antecedentes criminais. “Eu cometi erros e, embora já tenha pago o preço no passado, o processo continuou rolando. Então, perde-se muitas outras coisas”, desabafa.

Depois que parou de usar drogas, Pastor Luizão começou a se dedicar àqueles que vivem situações parecidas com as que ele passou, levando sua história como lição de vida e exemplo positivo de que é possível parar, definitivamente, com o consumo de drogas. “A parte mais legal do Sopão, que eu acho, é deixar o cara contar a história dele. Aí eu conto a minha, falo que é parecida com a deles e mostro que eles podem sair dessa situação. A grande casa de recuperação é a rua. Porque na rua é que está a droga, na casa de recuperação não tem droga, a realidade é outra. Quando chega na realidade é que você tropeça”, comenta Luiz.

Com jeito tranquilo e sorriso no rosto, Luiz é um membro bastante ativo na igreja: a entrevista foi interrompida várias vezes para que ele pudesse responder a dúvidas simples sobre onde estava chave ou se a tinta do chão recém pintado já havia secado. Solícito, responde e resolve prontamente às questões.

Luizão acredita que o preconceito e resistência da sociedade para não reintegrar ex-usuários de drogas contribui para que eles voltem para as ruas. Ele e outros

membros do projeto Sopão pretendem construir uma casa de apoio em moldes diferentes das já existentes. “A sociedade tem muito preconceito. Nós temos o projeto de montar uma casa de apoio, com oficinas para preparar a pessoa para ter uma chance no mercado de trabalho. A ideia é que ela fique na casa de 30 a 60 dias, até achar um emprego ou ser encaminhada para alguma empresa. Hoje em dia, no Brasil, tem a clínica de reabilitação, mas não tem a pós-clínica para ajudar esse ex-viciado, e ninguém pensa nisso”, comenta o simpático e determinado pastor.



## se enxerga, repara

As quatro iniciativas retratadas nesse livro reportagem existem a partir da necessidade de grupos sociais diferentes: portadores de deficiência, dependentes químicos, moradores de rua e crianças em situação de risco. Essa necessidade é atendida pela sociedade civil, representada, muitas vezes, por ONG'S (Organizações Não Governamentais) ou projetos sociais que ocupam uma brecha deixada pelo poder público.

Segundo Carlos Montaña, em sua obra “Pobreza, questão social e seu enfrentamento”, a responsabilidade das iniciativas de enfrentamento da questão social é transferida da administração pública para a sociedade e indústrias. Também de acordo com Montaña, essa concepção em relação à pobreza e questão social existe desde a Europa do século XVI, em que eram vistas “não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por ela atingidos”. Ou seja, a questão social era concebida como um problema produzido pelo comportamento do indivíduo que necessita de apoio.

Além desse conceito de pobreza e questão social, existe ainda o pensamento neoliberal que visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou anulando a intervenção estatal. Segundo Montaña, “a desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas e a reestruturação produtiva vão da mão da reforma do Estado, sobretudo na sua desresponsabilização da intervenção na resposta às sequelas da ‘questão social’. Agora o mercado será a instância por excelência, de regulamentação e legitimação social”.

No Brasil, na Constituição de 1988, foi instituído o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) nos mesmos moldes do SUS (Sistema Único de Saúde): descentralizado, participativo e de responsabilidades e pactuação entre as três esferas do governo. A criação desse sistema representou um grande avanço na área da assistência social, na medida em que o SUAS é vinculado a uma política pública de direito, ou seja, passou a ser direito do cidadão receber ações

de assistência social.

Apesar de a Constituição de 88 representar esse avanço, na prática, o SUAS não foi efetivado. Juliana Augusta Bosco tem 36 anos, é assistente social e explica porque o Sistema Único de Assistência Social não vem funcionando como deveria: “Nós vivemos em uma sociedade capitalista, com interesses políticos diversos. Há os que puxam para o lado mais social e o que puxam para uma posição mais lucrativa. É aí que estamos perdendo alguns direitos que conquistamos com a Constituição de 88, mas não conseguimos efetivar. Um deles é a Assistência Social como política pública de direito”.

Com a isenção do Estado em relação à questão social, a sociedade civil passou a atuar nos pontos deficientes e que deveriam ser de responsabilidade governamental. A realidade é que, para o Estado, a existência de ações sociais é atrativa, uma vez que ele passa, então, a não agir mais diretamente em questões fundamentais para a sociedade. Por isso, muitos projetos recebem o auxílio do governo, que incentiva a permanência e surgimento de iniciativas desse tipo.

Em Bauru, por exemplo, a Secretaria do Bem Estar Social (SEBES), responsável pelo gerenciamento dessas ações sociais, recebeu o valor de R\$46.935.879,72, em 2014, segundo o Diário Oficial do Município. Esse valor é repassado de acordo com a arrecadação do município, mas também há o repasse de recursos federal e estadual.

Mas, reduzir as responsabilidades do poder público traz consequências. Juliana Bosco acredita que a terceirização da assistência social impede que ela seja encarada como uma política de direito, além de se perder a universalidade, a acessibilidade e a inclusão. Torna-se uma política “pobre para o pobre”. Juliana completa: “quando a assistência social não é considerada uma política pública, mas uma benfeitoria, uma ação social, ela não é vista como uma obrigação do poder público, mas como um favor que deve despertar imensa gratidão”.

A assistente social Juliana Bosco acredita na importância das ações

sociais, mas as vê como imediatistas: “não podemos deixar de discutir como essas políticas estão sendo desenvolvidas e quais as suas perspectivas. Hoje, o resultado desses programas é medido em números, mas a necessidade humana não é um número, ela é real”.

Para tentar transformar essa situação cômoda para o poder público, mas prejudicial para a sociedade, Juliana acredita que um debate mais amplo é necessário: “é preciso tomarmos consciência sobre o que estamos fazendo, pois somos reprodutores de um sistema exploratório”. Ela conclui: “Existem dois lados: o do capital e o do trabalhador. Nós e essas pessoas auxiliadas somos todos trabalhadores que devemos reivindicar juntos por nossos direitos”.

**Enxergar é só o começo.**

## créditos das fotos

**Capa:** Amanda Tavares

**Foto 01:** Paula Reis

**Foto 02:** Paula Reis

**Foto 03:** Paula Reis

**Foto 04:** Paula Reis

**Foto 05:** Paula Reis

**Foto 06:** Paula Reis

**Foto 07:** Vagner Clemente

**Foto 08:** Paula Reis

**Foto 09:** Paula Reis

**Foto 10:** Paula Reis

**Foto 11:** Paula Reis

**Foto 12:** Mayara Reis

**Foto 13:** Mayara Reis

**Foto 14:** Paula Reis

**Foto 15:** Divulgação/Projeto Somos Todos Nós

**Foto 16:** Paula Reis

**Foto 17:** Paula Reis

**Foto 18:** Paula Reis

**Foto 19:** Paula Reis



# COMO VOCÊ SE SENTE QUANDO NÃO É **ESCUTADO?**

Tentar gritar. Gesticular. Chamar atenção de alguma maneira. Imagine se quem deveria te dar mais ouvidos - o poder público - ignorasse sua presença. É frustrante. Mas as ações e personagens retratados neste livro não se encaixam nessa realidade. Eles dão voz às pessoas que ajudam. Escute também quem precisa ser ouvido. De perto.

Para continuar dando voz a esses projetos:  
Formiguinha: (14) 3237-3106  
Grupo de Teatro Abertura: (14) 3879-3923  
Somos Todos Nós: (14) 9-8814-0008  
Sopão Bauru: (14) 9-9664-8058